

113  
M  
P  
J

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO**

--- Aos trinta de abril de dois mil e dezoito reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e quinze minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNM, indicado pelo MPT, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Confiança** - António José Gouveia Gomes (PS), Cristiana Martins de Sousa (BE), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), Igor Davide Ribeiro Andrade (BE), Joana José Pedra Coelho (PS), João Inácio da Silva Abreu (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Orlando Manuel Henriques Fernandes (JPP), Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira (PS), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Rubina Vanessa da Silva Rebelo (PDR), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS). ----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Luísa Sousa e Freitas, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Lisandro França de Sousa, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Carlos André Camacho Alves, Duarte Paulo Quintal Pereira, Helena Maria Pereira Leal, Francisco Ilídio Rebolo de Castro, João Paulo Pereira Marques, Luís Miguel Moura de Sousa, Maria Idalina Fernandes da Silva, Pedro José Jardim Gomes, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho.

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, Rui Miguel da Silva Barreto, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e Nadina Cristina Gonçalves Pereira Mota, em substituição de Rubina Maria Branco Leal Vargas. -----

--- **Vereadores ausentes:** João Pedro Mendonça Vieira. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

**Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:** -----

**1.1. A Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas,** do GMC, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por João Inácio da Silva Abreu. ----

**1.2. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues,** Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

**1.3. O Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo,** do Grupo Municipal do PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Helena Maria Pereira Leal. -----

**1.4. A Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva,** do Grupo Municipal do PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Bruno Lisandro França de

114  
Jun. 14  
R

Sousa. -----

**1.5. A Deputada Municipal Teresa Alexandra Freitas Ramalho**, do GMC, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Manuel Domingos Sebastião.

**1.6. O Deputado Municipal Rui Alberto Garanito Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Francisco Ilídio Rebolo de Castro. -----

**2. RENÚNCIA DE MANDATO:** -----

**2.1. Francisco José Barros Andrade**, eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo PS, comunicou a renúncia ao mandato, sendo substituído por Teresa Alexandra Freitas Ramalho. -----

**3. EXPEDIENTE:** -----

**3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia:** -----

- A Senhora Vereadora Madalena Nunes enviou os seguintes convites: -----
- Reflexão sobre “Mulheres e Igualdade – portas, travessas, tectos de vidro?”, que se realizou no dia seis de abril de dois mil e dezoito. -----
- Conferência: “Des(a)fiar a Escola”, que se realizou no dia doze de abril de dois mil e dezoito. -----
- A Senhora Presidente da CPCJ enviou os seguintes convites: -----
- Sessão de abertura do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância 2018 que se realizou no dia onze de abril de dois mil e dezoito. -----
- Cerimónia de encerramento das atividades no âmbito da Campanha Laço Azul que se realiza no dia trinta de abril de dois mil e dezoito. -----
- A Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----
- Inauguração da Exposição do PDM do Funchal que se realizou no dia doze de abril de dois mil e dezoito. -----

- Integrado nas Comemorações dos 44 Anos da Revolução do 25 de Abril de 1974: Lançamento do livro “Militares de Abril – Madeira 2017” que se realizou no dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito; Hastear das Bandeiras e Sessão Solene que se realizou no dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito. -----

- Participação na Procissão, seguida de Missa em honra de S. Tiago Menor, Padroeiro da Cidade do Funchal, que se realizará no dia um de maio de dois mil e dezoito. -----

- A Senhora Eurodeputada Liliana Rodrigues enviou um convite para uma Conferência sobre a temática “Madeira pós-2020: Pensar o Futuro” que se realizará no dia oito de maio de dois mil e dezoito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava enviou um convite para a Sessão Solene da Comemoração do 104º Aniversário do Concelho que se realizará no dia seis de maio de dois mil e dezoito. -----

- O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea enviou um convite para a Cerimónia Comemorativa do 5º Aniversário da Estação de Radar nº 4 que se realizará no dia nove de maio de dois mil e dezoito. -----

--- De seguida, após a dispensa da leitura das **Atas da Sessão Ordinária de quinze de dezembro de dois mil e dezassete** e da **Sessão Extraordinária de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete**, que foram previamente distribuídas a todos os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia colocou-as à votação, sendo as mesmas **aprovadas por unanimidade**. -----

- Depois enunciou as Propostas, Recomendações e Votos apresentados pelos diversos grupos municipais, que abaixo se mencionarão. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,**

115  
A

criticou veementemente a atuação e o comportamento do Presidente da Câmara, porque embora cada um seja livre de ter as suas legítimas aspirações, este está a dar prevalência às mesmas, relegando as pessoas para segundo plano e muitas vezes esquecendo-se daquilo que é a governação diária. -----

Assim, aquela bancada apela à sua honestidade para que se retire das suas atuais funções e deixe que os Funchalenses decidam e sejam governados por quem quer ali estar até dois mil e vinte e um. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** abordou os seguintes temas: -----

- **ETAR do Funchal** – por aquele dossier estar num impasse há cinco anos, desafiou a Câmara Municipal do Funchal, liderada pelo professor Paulo Cafôfo, e o Governo Regional, liderado pelo Dr. Miguel Albuquerque, a congregarem esforços para que haja consenso político naquela questão crucial para a cidade. -----

- Porque o CDS-PP é contra o aumento da carga fiscal na cidade do Funchal, seja ela o Ecoturismo seja a DERRAMA, para quando o **Conselho Municipal de Turismo**? Pois considera que aquele deveria ser um órgão consultivo e promotor de medidas que vão ao encontro do aumento e fluxo de turistas e dos agentes económicos e hoteleiros daquela cidade. -----

Terminou, citando o Vereador do CDS-PP: *a política não é um jogo de xadrez, em política estão em primeiro lugar as pessoas e os cidadãos desta cidade do Funchal.* -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara,** que fez os seguintes esclarecimentos ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta: -----

- Sobre o **Conselho Municipal de Turismo,** disse que ainda não está implementado, devido ao volume de trabalho do Departamento de Economia e Cultura, onde se insere o Turismo, mas já ter dado indicações para que logo que seja oportuno, se inicie a sua

criação, conforme a recomendação do CDS-PP. -----

- Relativamente à **ETAR**, começou por esclarecer tratar-se de uma herança recebida, um processo que tem de ser dividido entre a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Regional. Da parte daquela, estão já elaborados os projetos e intentada a resolução do problema, até pela penalização que dali advém para o País, em termos de coimas que a União Europeia poderá lançar se não concretizarem aquela questão. Verificada a impossibilidade da localização da ETAR no Campo Almirante Reis devido ao estudo de impacto ambiental, e tendo a segunda opção do Campo do Liceu merecido oposição do Governo Regional, foi proposta pela Senhora Secretária Regional do Ambiente a localização no Lazareto. -----

Como tal, a Câmara fez uma adaptação do projeto para aquele local, mas o estudo de impacto ambiental para aquela zona e a decisão do Governo Regional refere que não poderá ser localizável no Lazareto porque teria que estar a dez metros acima do meio do ribeiro, o que tecnicamente inviabiliza o projeto. -----

Sendo aquela localização uma decisão e vontade política do Governo Regional, a que a Câmara acedeu, aguarda-se a respetiva decisão técnica. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos Grupos Municipais que deram entrada a propostas, começando pela **Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, que apresentou a **Proposta de Recomendação: adoção de medidas que vão ao encontro do bem-estar dos moradores e comerciantes da Zona velha do Funchal**, que se transcreve: "A compatibilização do comércio, do turismo, das esplanadas, da limpeza, da segurança, do ruído e da mobilidade numa zona habitacional como é o caso da Zona Velha do Funchal, tem-se revelado um verdadeiro desafio para a Câmara Municipal do Funchal. -----

Os problemas que afetam os moradores da Zona Velha não são novos, mas as soluções

116  
P

tardam em aparecer, apesar das inúmeras reclamações e do clima de crispação entre moradores e comerciantes que só vem reforçar o desleixo e a forma anárquica como tem sido gerido o conflito por parte da Autarquia. -----

A meritória reabilitação e dinamização da Zona Velha contrasta com a diminuição da qualidade de vida dos moradores que, com o surgimento de estabelecimentos de restauração e bebidas veem o seu merecido descanso ameaçado pelo ruído que se faz sentir noite dentro. -----

Por outro lado, quando se licencia numa zona habitacional e sem qualquer tipo de insonorização dos estabelecimentos comerciais, que funcionam até às quatro horas da manhã com música alta, fogo-de-artifício e restaurantes que às cinco horas da manhã, já estão a montar esplanadas, estamos a criar um barril de pólvora que mais cedo ou mais tarde acaba por rebentar, com grandes transtornos para ambas as partes. -----

Encontrar um equilíbrio e uma coexistência pacífica entre os que laboram e habitam na Zona Velha da Cidade exige uma série de medidas a adotar por parte da Câmara Municipal do Funchal. -----

Posto isso, nos termos do regimento, a Assembleia Municipal do Funchal recomenda à Câmara Municipal do Funchal: -----

- a) Criação de uma comissão municipal composta pela Câmara Municipal do Funchal, pelos moradores e pelos comerciantes; -----
- b) Criação de um plano contra incêndios; -----
- c) Insonorização das habitações e estabelecimentos comerciais; -----
- d) Instalação de um sistema de videovigilância; -----
- e) Reforço da fiscalização municipal.” -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** embora

afirmando-se favorável à proposta, em nome do bem-estar da população e dos comerciantes da Zona Velha da Cidade, esclarece o seguinte: -----

- No momento o regulamento das esplanadas está em consulta pública. -----

- A Câmara ausculta a população da Zona Velha sempre que a mesma a ela recorre. -----

- Não considera o sistema de vídeo vigilância, um fator fundamental para que haja menos ou mais criminalidade, porque esta é nula ou quase naquele local. -----

- Sobre o reforço da Fiscalização Municipal, espera-se o apoio do PTP, aquando da implementação da Policia Municipal. -----

- Em relação à Comissão Municipal, julga que ela não é necessária. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP**, sobre as soluções apontadas naquela Proposta de Recomendação, apontou as seguintes dúvidas: -----

- Uma Comissão Municipal poderá ser “chover no molhado” sobre o assunto, cujos argumentos estão claramente identificados. -----

- O Plano Contra Incêndios consta do Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil. --

- A instalação do Sistema de Vigilância, sendo uma ferramenta importante na prevenção da criminalidade, é acessória e não é essencial no que diz respeito àquela problemática. -----

- Sobre o reforço da Fiscalização Municipal, sugere multas e perseguições aos comerciantes, algo que o próprio PTP condenou no passado recente. -----

- Por isso, compreendem e aceitam que aquela proposta pretende valorizar a qualidade de vida dos funchalenses, mas consideram avulsas e não estruturantes as medidas propostas relativamente àquilo que é absolutamente necessário, que é a reabilitação urbana. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, refutou que o PTP no decurso da campanha eleitoral para as últimas eleições Autárquicas, esteve num debate promovido pelos moradores da Zona Velha, onde apresentaram as suas

117  
P

preocupações de falta de segurança, nomeadamente o vandalismo dos carros junto às habitações e os maus comportamentos durante a noite fruto do excesso de álcool, por isso, solicitaram aquele sistema de vídeo vigilância. -----

E porque o Senhor Presidente da Câmara não compareceu, nem se fez representar no referido debate, é óbvio que o Grupo Municipal Confiança não acha isso relevante. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** em relação à Proposta de Recomendação apresentada pelo PTP, disse partilhar as preocupações dos moradores da Zona Velha, mas apresentou as seguintes reservas no que diz respeito ao conteúdo: -----

- A insonorização das habitações e dos estabelecimentos não parece ser uma competência da Autarquia, a não ser nos casos previstos por lei. -----

- A colocação de um sistema de vídeo vigilância não se lhe assegura viável no que diz respeito à sua gestão. -----

- Terminou questionando se existe algum estudo para a Zona Velha, onde estejam previstas medidas, por exemplo, situações de risco de incêndios e inundações. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Proposta de Recomendação para a adoção de medidas que vão ao encontro do bem-estar dos moradores e comerciantes da Zona velha do Funchal**, apresentada pelo Grupo Municipal do PTP, tendo sido **aprovada por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo vinte votos do GMC, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e vinte e uma abstenções, sendo dezassete do PPD/PSD, três do CDS-PP e uma do PCP/PEV-CDU. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra à **Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, para apresentar a **Proposta de Recomendação para a reposição da verdade histórica na placa da inauguração do**

**Complexo Balnear do Lido**, que se reproduz: “Em 1931, com a crescente popularidade da ida a banhos, a Câmara Municipal do Funchal decidiu construir uma piscina pública servida com água do mar para que os residentes e turistas pudessem de uma forma fácil e segura desfrutar da água, criando um local privilegiado para a aprendizagem de natação. A obra foi concluída em 1933 por Braheem Kassab que ficou com a concessão e fez do Complexo Balnear do Lido um lugar de referência. -----

Com o passar dos anos, O Complexo balnear do Lido, foi alvo de várias obras de beneficiação pelos diversos executivos camarários da Autarquia funchalense, com especial destaque ao executivo de Miguel Albuquerque e Paulo Cafôfo. -----

Na última remodelação de que o espaço foi alvo, o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, incompreensivelmente, não fez qualquer referência ao passado e à memória de quem lançou e ergueu a obra, na placa de inauguração. Limitando-se, de uma forma narcisista e deslumbrada, a fazer referência à sua pessoa e ao Primeiro-ministro, António Costa, ficando com os louros de uma obra que não é sua. -----

Posto isto, nos termos do regimento, a Assembleia Municipal do Funchal, recomenda à Câmara Municipal do Funchal, que reponha a verdade histórica. A placa deve ser derretida, e reposta no lugar, outra placa com os seguintes dizeres: “Complexo balnear do Lido / Construção iniciada pela Câmara Municipal do Funchal em 1931 e concluída em 1933, por Braheem Kassab. Sofreu várias remodelações, sendo as mais importantes, nos mandatos dos Exmos. Srs. Presidentes de Câmara, Miguel Albuquerque e Paulo nascimento Cafôfo. Obras concluídas e inauguradas em março de 2016, pelo Exmo. Sr. Primeiro-ministro, António Costa.” -----

**- INSCRIÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Luísa de Freitas, do GMC**, transmitiu: “A placa do Lido marca um ponto de viragem, onde foi notório o esforço por parte deste Executivo



em reerguer este Complexo Balnear, sem qualquer apoio do Governo Regional, que durante anos (6 anos), ficou ao abandono enquanto responsabilidade do anterior Executivo, liderado pelo PSD, quando Miguel Albuquerque era Presidente da Câmara Municipal do Funchal. -----

Foram introduzidas novas infra-estruturas, o Lido ganhou vida, e por isso há todo um mérito e razão para lá estar uma placa que dita que foi inaugurado a 22 de março de 2016, pelo Primeiro-ministro, António Costa e pelo Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo. -----

Quando olhamos para o Lido, olhamos para a satisfação dos cidadãos, por lhes ter sido devolvido este espaço balnear. -----

Achamos, que trazer este assunto à Assembleia Municipal, é preocuparem-se com politiquices, mera perda de tempo, e que não deixa ser interessante ser o PTP a trazê-lo.”

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Proposta de Recomendação para a reposição da verdade histórica na placa da inauguração do Complexo Balnear do Lido**, apresentada pelo Grupo Municipal do PTP, **não sendo aprovada** com vinte e um votos contra, sendo vinte votos do GMC e um voto do PCP/PEV-CDU, dezanove votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e três abstenções do CDS-PP. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC**, para apresentar o **Voto de Congratulação pelos 130 anos do Teatro Municipal Baltazar Dias**, apresentado pelo Grupo Municipal Confiança, que se transcreve: “O Teatro Municipal Baltazar Dias, que outrora teve outras designações como Teatro D. Maria, Teatro Manuel de Arriaga e Teatro Funchalense, é uma referência cultural para a cidade do Funchal, para todos os madeirenses e visitantes nacionais e estrangeiros. -----

A sua designação sofreu alterações ao sabor de acontecimentos políticos. Primeiro, a

homenagem à rainha D. Maria que caiu por terra aquando da Revolução Republicana e, em 1910, a Câmara Municipal do Funchal decidiu designar por Manuel Arriaga, homenageando, na altura, o deputado madeirense e primeiro Presidente eleito da República Portuguesa. Não tendo sido aceite pelo homenageado, passou o teatro a designar-se por Teatro Funchalense, a partir de 1912, voltando à designação de Manuel Arriaga, em 1917, depois do seu falecimento. Mas foi com Fernão Ornelas, então Presidente da Câmara Municipal do Funchal, que em 1935, passou a designar-se de Baltazar Dias, numa forma de homenagear e perdurar, na memória coletiva, a vida e obra do dramaturgo madeirense, autor que se distinguiu na arte teatral no século XVI, também conhecido pelo “poeta cego”. -----

Data a construção do Teatro Baltazar Dias de 24 de outubro de 1884, altura em que se iniciaram as obras, até à sua inauguração que decorreu a 11 de março de 1888. Quer no lançamento simbólico da primeira pedra, quer no dia da inauguração, os madeirenses mostraram grande afeto por este espaço cultural. -----

Trata-se de um edifício de estilo neoclássico, projetado pelo arquiteto natural do Porto, Tomás Augusto Soler, mas a sua morte, em 1883, obrigou que fosse o engenheiro, também do Porto, José Macedo de Araújo Júnior, o continuador do acompanhamento do projeto. Nele trabalharam figuras importantes do mundo das artes plásticas e cénicas, como o arquiteto e cenógrafo italiano Luigi Manini e o pintor decorador Eugénio do Nascimento Cotrim. -----

Da linguagem neoclássica transporta o racionalismo, a sobriedade e uma relação direta com grandes teatros europeus, como é o Teatro de São Carlos, em Lisboa, e o teatro La Scala em Milão. Destacam-se os tetos pintados, já de anúncio romântico, a plateia, em forma de ferradura, a rodeada de camarotes decorados com máscaras, remetendo para o teatro grego, esculpidas em madeira dourada. É um espaço de excelência para a realização

119  
P

das mais diversas atividades culturais, desde conferências, teatro, cinema, dança, música e exposições. -----

É um imóvel classificado como valor cultural regional pela resolução do Presidente do Governo Regional da Madeira, nº 1062/93, JORAM, 1ª série, nº 124 de 27 de outubro de 1993. -----

Assim, no âmbito das suas competências regimentais e de acordo com o nº 1, al. d) do artigo 40º, a Assembleia Municipal do Funchal, congratula o Teatro Municipal Baltazar Dias pelos seus 130 anos, enquanto pólo dinamizador do panorama cultural e artístico da cidade do Funchal, sendo um elo entre este lugar e o mundo, como também a todos que por aqui passaram e garantiram a conservação do imóvel e projetaram o teatro com o pulsar de uma vida cultural dinâmica.” -----

--- Colocado à votação este **Voto de Louvor**, foi **aprovado por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, fez a seguinte declaração: “O Grupo Parlamentar do CDS-PP enaltece esta proposta e congratula-se com o voto de louvor apresentado. -----

Gostaríamos de aproveitar esta ocasião para lembrar a importância de todos aqueles que por lá passaram, e de todos os que diariamente asseguram a excelência de um teatro que é uma referência no panorama cultural nacional e que tem estado à altura dos melhores teatros europeus, numa lógica de promoção de inúmeras atividades que convocam os munícipes, para o lugar onde a História e a Arte acontecem, mas não só. -----

Para o CDS PP é tempo de congratular a instituição Teatro Municipal Baltazar Dias e, mais

importante ainda, de estender o nosso reconhecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, alimentam o grande afeto que todos nós temos por este espaço que faz parte da nossa memória coletiva. -----

É tempo de agradecer a todos os colaboradores da segurança, da documentação e património, da higiene e limpeza, da assistência de sala, da manutenção, dos camarins, da bilheteira, da iluminação e maquinaria, da secretaria, do serviço educativo, bem como a todos os vereadores e aos diretores de serviço e, por último, à atual Diretora do Teatro Municipal Baltazar Dias, Sandra Assunção Nóbrega, pela elevação que trouxe a um espaço que é de todos nós!" -----

--- Foi dada, novamente, a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC**, para apresentar o **Voto de Louvor ao Departamento de Ambiente da Câmara Municipal do Funchal, apresentado pelo Grupo Municipal Confiança**, que se reproduz: "O Departamento de Ambiente da Câmara Municipal do Funchal tem orientado a sua ação para os princípios da educação ambiental, desenvolvendo um conjunto de atividades que permitem continuar a colocar a cidade do Funchal no topo das cidades mais desenvolvidas a nível ecológico e de limpeza. -----

É nisso que o Departamento de Ambiente aposta, apelando de forma constante ao civismo dos cidadãos em vez de forçar a aplicação de coimas. -----

A sensibilização constante e de proximidade, diretamente desenvolvida pelo Departamento de Ambiente no exterior, intercalada com os normais serviços de limpeza e remoção do lixo das nossas ruas, é uma mais-valia. -----

Para o corrente ano estão previstas mais de 14 campanhas de sensibilização ambiental, que colocam o Município do Funchal como uma das cidades mais limpas de Portugal. -----

É disso exemplo, as ações de limpeza promovidas pelo referido Departamento, aquando de grandes eventos, tais como os desfiles carnavalescos, o cortejo da Festa da Flor, a noite

do mercado e a passagem de ano, deixando evidente um elevadíssimo profissionalismo e competência. -----

Trata-se, assim, de um reconhecimento público ao Departamento de Ambiente pelo excelente trabalho desenvolvido, que muito satisfaz os funchalenses, abrilhantando a nossa cidade para os que aqui vivem e trabalham, e belo cartaz para os visitantes estrangeiros e nacionais. -----

Deste modo, e no âmbito das suas competências, a Assembleia Municipal do Funchal presta louvor aos funcionários e colaboradores do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal do Funchal, pelo trabalho exemplar, carregado de profissionalismo ao serviço público, de excelência e dedicação, garantindo a limpeza da nossa cidade.” -----

--- Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Voto de Louvor** apresentado, tendo sido **aprovado por maioria** com quarenta e dois votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e uma abstenção da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** declarou que o trabalho dos funcionários daquela Autarquia não deve apenas ser saudado quando existem grandes eventos, mas no dia-a-dia, porque é o bom trabalho de todos os funcionários daquela Câmara, seja os do Departamento do Ambiente seja dos diversos Departamentos, que permite que a Câmara funcione normalmente e com qualidade. -----

Por isso, aquele voto deve de ser extensível aos outros trabalhadores que apesar de não estarem ali mencionados, também devem de ser valorizados. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** pediu ao Senhor Deputado Orlando Fernandes que esclareça se estão a favor da cidade do

Funchal ou dos trabalhadores, e o que é que o JPP, partido que aquele representa, pretende para aquela cidade relativamente à matéria ambiental. -----

Porque o seu ilustre colega de partido, Nelson Veríssimo, num post no facebook criticou o Departamento de Ambiente e a Senhora Vereadora com aquele pelouro. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, para apresentar a **Proposta de Recomendação para elaboração de um Plano Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PRDFCI)**, que se reproduz: "Considerando que: -----

a) A nível do território português o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro, e posteriormente pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto, preconiza a elaboração de Planos Nacionais, Distritais e Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios e define as medidas necessárias para o efeito, que incluem a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, no âmbito das atribuições das Comissões de Defesa da Floresta; -----

b) A nível nacional, os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFC) visam operacionalizar ao nível local e municipal as orientações estabelecidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios e no Plano Distrital de Defesa da Floresta contra incêndios, sendo igualmente elaborado em consonância com os respetivos Planos Regionais de Ordenamento Florestal; -----

c) A nível da Região Autónoma da Madeira (RAM) não existe um Sistema Regional de Defesa da Floresta contra incêndios, nem estão atribuídas quaisquer competências aos municípios para que estes possam elaborar os seus Planos Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios; -----

d) Em 2015, o atual Governo, em Conselho de Governo, através da resolução 600/2015 de

Handwritten signature and initials '121 P' in the top right corner.

11 de agosto, aprovou o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região, (PROF – RAM) e o respetivo regulamento. Este regulamento, no Capítulo IV dedicado à organização regional de prevenção no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI), prevê que, no prazo máximo de 5 anos, seja elaborado um Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de nível regional; -----

e) Decorridos três anos da aprovação deste Plano o Governo não criou um Sistema Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não aprovou um Plano Regional de defesa da Floresta Contra incêndios e não permitiu que os Municípios pudessem criar os seus próprios planos de âmbito municipal; -----

f) O objetivo estratégico de um PMDFCI é estabelecer a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional ou Regional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância, no nosso caso, com Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região (PROF – RAM) e, mais uma vez, o “ausente” Plano Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; -----

g) o Município do Funchal considera de extrema importância e utilidade a existência de um PMDFCI; -----

h) 26% dos municípios portugueses não cumprem a obrigação legal de ter um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), onde se inclui o Funchal e todos os outros municípios da RAM e, portanto, cerca de um quarto dos municípios nacionais não cumpre as suas obrigações no âmbito da Legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI); -----

i) O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é muitas vezes apontado como o “grau zero” na prevenção dos fogos florestais e, portanto, é um

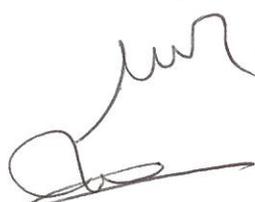
documento essencial para a prevenção de grandes incêndios e na definição da atuação dos meios de combate no terreno, no período em que estes ocorrem; -----

j) A legislação em vigor não prevê nenhuma penalização para os munícipes que não cumprem esta obrigação legal – para além de não poderem ter acesso a fundos comunitários destinados à prevenção de incêndios e proteção da floresta – mas determina que estes planos devem ser públicos e que devem estar disponíveis para todos os cidadãos no sitio da internet do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF, I.P.), mas infelizmente tal não sucede, -----

k) Os grandes incêndios que ciclicamente ocorrem durante os picos de calor no verão, são um dos mais graves problemas do nosso território regional e municipal, quer do ponto de vista ambiental / ecológico quer do ponto de vista económico e social; -----

l) Pela análise dos dados existentes da última década, o número de incêndios na Região – e também no município do Funchal – têm tido a tendência para aumentar (por exemplo, em 2010, a área ardida e reardida na ilha da Madeira corresponde a um terço da sua superfície – cerca de 25 mil hectares; no mesmo ano, e só os incêndios do mês de agosto, afetaram 95% do parque Ecológico do Funchal; e na madrugada do dia 9 de agosto de 2016, o citado Parque Ecológico do Funchal foi atingido por um incêndio que queimou aproximadamente 441 hectares, o que corresponde a 59% da sua área), havendo para isso causas diversas, e que se houver combustíveis em abundância e ignições, haverá evidentemente mais incêndios na época dos picos de calor, isto é, entre junho e setembro/outubro; -----

m) Prevenir os incêndios é hoje um desígnio nacional – e, portanto, também regional e municipal – e, é bom lembrar que para prevenir os incêndios tal exige um saber / conhecimento científico correto, planeamento, eficácia na ação, determinação política, mas sobretudo continuidade nas boas políticas e compromissos duradouros das forças políticas que têm grandes responsabilidades para com a segurança dos cidadãos; -----

 122  
P

n) A informação ao público e aos decisores políticos, com base em conhecimentos científicos e apoiada em dados concretos e fidedignos, é talvez um dos pilares de maior substancialidade na prevenção e combate contra os grandes incêndios no nosso território regional e municipal; -----

o) Todos temos que saber viver com os incêndios florestais – sabemos que são uma calamidade, mas não podem ser uma fatalidade – e, tal constatação, não explica nem justifica o número de vítimas que infelizmente temos tido nem nos faz aceitar a inevitabilidade dos incêndios florestais, antes nos responsabiliza a todos – e em especial os decisores políticos – para tomarmos atempadamente as medidas para prevenirmos e combatermos esta realidade; -----

p) Uma boa governação é sinónimo da adoção de políticas ou medidas concretas que, gerindo muitas vezes os diminutos recursos financeiros e humanos disponíveis, planeia / programa, formula com um sentido de orientação, por consensos e com responsabilidade, mas sobretudo acautela o futuro dos cidadãos. -----

Assim, e em conformidade com o anteriormente manifesto, o Grupo Municipal da Confiança, submete à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a recomendação ao Governo Regional da Madeira para que proceda à preparação e elaboração de um Plano Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PRDFCI), para que o Município do Funchal possa estar munido de uma estratégia regional e dessa forma prover de um instrumento não só previsto na legislação em vigor, mas que simultaneamente todos admitimos, irá equipar, ou melhor, predispor o nosso Concelho de uma forma mais ajustada não só do ponto de vista da prevenção e da conservação da floresta, mas, e principalmente, o tornará menos suscetível ao flagelo dos grandes incêndios florestais no verão.” -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD, dirigindo-**

se ao Senhor Presidente da Assembleia disse que do ponto de vista daquela bancada, aquela Recomendação fere as competências daquela Assembleia e é uma tremenda falta de respeito aos deputados daquela Casa e aos eleitores que lhes confiaram o seu voto. -- Porque o Senhor Deputado Miguel Costa, uma vez que o seu Partido não elegeu um Deputado à Assembleia Legislativa Regional, quer fazer daquela Assembleia Municipal um veículo para aquele efeito. -----

Por isso, votarão frontalmente contra aquele tipo de artimanhas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMC**, disse achar graça à intervenção do Senhor Deputado João Paulo Marques por falar das competências daquela Assembleia Municipal, porque na Assembleia Legislativa da Madeira, onde o mesmo é também Deputado Regional, o Presidente da Câmara e os assuntos municipais são falados quase diariamente. -----

Por outro lado, julga que por fazer parte daquele Município alguma área florestal, fica bem aos Deputados Municipais fazerem uma recomendação ao Governo Regional, a quem compete protegê-la, um plano que defenda a cidade de incêndios futuros. -----

Porém, se julga que o Governo Regional, que é quem tem o dever de proteger a cidade, não deve de fazer esse trabalho, vote contra assumindo a responsabilidade do seu voto. -

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, pediu a colaboração do Senhor Deputado Duarte Caldeira, para lhe indicar onde é que está plasmado no Regimento daquela Assembleia Municipal, as competências para recomendar ações ao Governo Regional e que lhe esclareça que, se sendo do Governo Regional a responsabilidade de defender a cidade do Funchal, a Câmara se isenta dessa tarefa. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMC**, esclareceu que a haver impedimentos de recomendações de assuntos relacionados com a cidade do

123  
P

Funchal, acha um pouco caricato não poderem fazer recomendações seja a quem for, independentemente se a mesma será ou não acatada. -----

Sobre a proteção da cidade contra incêndios em espaço florestal, voltou a referir ser essa uma competência do Governo Regional e que o Município do Funchal, obviamente, fará a proteção da cidade. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, esclareceu ao Senhor Deputado João Paulo Marques o seguinte: -----

- Que o seu Partido não existia aquando das Eleições que o mesmo referiu. -----

- A Recomendação ali apresentada advém de uma promessa feita pelo Governo do PPD/PSD em dois mil e quinze e que ainda não surgiu. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, chamou a atenção e agradeceu às pessoas que estão a assistir à sessão que respeitem a ordem de que não podem se manifestar, apupar e aplaudir. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia**, pôs à votação a **Proposta de Recomendação para elaboração de um Plano Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PRDFCI)**, apresentada pelo Grupo Municipal Confiança, tendo sido **aprovada por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU e um voto do PTP, dezassete votos contra do PPD/PSD e uma abstenção da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC**, que apresentou o seguinte: "**Voto de Louvor ao Clube de Futebol Andorinha pela subida de divisão** – Vem o Grupo Municipal Confiança propor um voto de louvor ao Clube de Futebol Andorinha de Santo António, pela subida de divisão da sua equipa sénior ao mais alto escalão do futebol regional, para a próxima época desportiva, honrando a freguesia de Santo António e o concelho do Funchal.

O Clube de Futebol Andorinha de Santo António, fundado em 6 de Maio de 1925 na cidade do Funchal, onde já conquistou diversos títulos no futebol, sem esquecer o início da formação do cidadão mais famoso do nosso concelho, Cristiano Ronaldo, além da prática de diversas modalidades, sem esquecer que é o clube de referência da freguesia de Santo António. Nesta época desportiva iniciou a equipa sénior de futebol o ano na 1ª divisão, tendo culminado na subida à divisão de honra da Associação de Futebol, da Madeira. ----- Assim, no âmbito das suas competências regimentais e de acordo com o artigo 40º, nº 2, al. c), vem a Assembleia Municipal do Funchal, aprovar este voto de Louvor, com o desejo dos maiores sucessos no futuro.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, colocou este **Voto de Louvor** à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- De seguida deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, que apresentou o seguinte: -----

- **“Voto de saudação aos trabalhadores portugueses e à sua luta** – Celebramos este 1º de Maio num contexto de recuperação de direitos, mas também de trabalho e de luta. De recuperação de direitos porque está a ser possível com a luta dos trabalhadores, garantir a reposição de alguns direitos roubados, aos trabalhadores e ao Povo pelos anteriores Governos. -----

De trabalho e de luta, pois a reposição de direitos está aquém das possibilidades e das necessidades dos Trabalhadores e do Povo, e por isso não podemos baixar os braços. ---

O próprio Poder Local Democrático que é confrontado com um conjunto de alterações legislativas, de ingerência na sua autonomia, de asfixiamento da sua capacidade de iniciativa, não pode, sob risco de contribuir negativamente para o aumento da exploração e

124  
P

do empobrecimento, adotar medidas e seguir opções que são abertamente contra os interesses dos trabalhadores, impondo bancos de horas, reposicionamento remuneratórios e implementar um conjunto de práticas que só fragilizam as relações laborais. -----

Celebrar o 1º de maio, este ano, será uma vez mais, recordar a luta dos operários de Chicago que, com a sua ação reivindicaram o estabelecimento da jornada diária de 8 horas, dando início a um processo histórico de luta que levou a um conjunto de importantes conquistas laborais. -----

Cada vez mais, celebrar o 1º de maio é reafirmar Abril e a Liberdade, a necessidade de outras políticas que promovem o desenvolvimento económico e o progresso social. É dizer claramente que não é possível nem admissível continuar com políticas que criam desemprego, reduzem salários, pensões e reformas, aumentam a carga horária de trabalho, promovem a destruição da contratação coletiva, o desrespeito por princípios básicos, direitos e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa, protegem os infratores e liquidam as funções sociais do Estado. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em Sessão Ordinária no dia 30 de abril de 2018, saúda todos os trabalhadores portugueses e as suas Organizações Sindicais, manifestando-lhes a sua solidariedade na luta por uma sociedade mais justa e equitativa, alargando esta saudação aos milhões de trabalhadores que continuam com persistência, esforço, coragem e determinação desenvolvendo lutas pela liberdade, pela democracia, pela paz e pelo direito à qualidade de vida e bem-estar para si e para as suas famílias.” ---

- **“Proposta de Resolução – Por uma Praia Formosa requalificada –** O Plano Diretor Municipal do Funchal (PDMF), aprovado na sessão da Assembleia Municipal do Funchal, de 26 de março de 2018, no seu regulamento, mais concretamente no Artigo 92º - Unidades de intervenção Especial e seus termos e referências, atribui a designação de Unidades de Intervenção Especial 10 à Praia Formosa, sendo que esta visa “o desenvolvimento da frente

*urbano litoral no sentido poente, ao longo da via marginal existente, estruturando as futuras ocupações de usos do solo de modo a salvaguardar o uso balnear e recreativo, de natureza publica”*. -----

A Praia Formosa é, reconhecidamente, uma zona balnear de excelência, que deve ser preservada como de livre acesso ao mar e disponível para toda a população, não só do concelho do Funchal, como de toda a ilha e Região, um espaço de excelência para o lazer e fruição, com condições para permitir a instalação de equipamentos e infraestruturas que possibilitem e dinamizem a prática desportiva e o desenvolvimento humano. -----

O Funchal e a Região necessitam de uma Praia Formosa requalificada quer em termos urbanísticos, quer paisagísticos e ambientais. E, tal implica, consagrar um conjunto de investimentos e recursos e afetar áreas com dimensão capaz de albergar os diversos equipamentos e infraestruturas (que pode passar, também, pela expropriação da faixa correspondente aos 50 metro, conforme consta da Lei nº 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece e define a titularidade dos recursos hídricos). -----

A atual Praia Formosa está longe de corresponder e de apresentar as características e potencialidades reconhecidas e que certamente constituiriam uma mais-valia aos mais diversos níveis. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal delibera que a Câmara Municipal do Funchal, desenvolva todos os mecanismos e instrumentos (quer de ordenamento do território, quer financeiros, entre outros) no sentido de criar as condições para a requalificação da Praia Formosa aos mais diversos níveis, dando cumprimento ao consagrado em sede de Plano Diretor Municipal.” -----

- **“Proposta de Recomendação da celeridade na notificação aos trabalhadores camarários** – Considerando que a 1 de janeiro de 2018, iniciou-se o processo de descongelamento de todas as carreiras da Administração Pública consagrada no artigo 18º



da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei nº 114/2017 de 29 de dezembro), que vem permitir alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão e que os acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos acumulados serão repostos de forma faseada em 2018 e 2019; -----

Considerando que a partir de 1 de janeiro de 2018, foi igualmente possível proceder a promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos pelos trabalhadores, ainda que as mesmas dependam de abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou para categorias de acesso de carreiras não revistas ou subsistentes, incluindo carreiras de regime especial ou corpos especiais; -----

Considerando que os serviços devem comunicar com a celeridade devida a todos os seus trabalhadores os pontos detidos com a discriminação anual e respetiva fundamentação; --

Considerando que até à data não são conhecidas quaisquer notificações individuais aos trabalhadores relativamente ao acima considerado no anterior parágrafo; -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em Sessão Ordinária no dia 30 de abril de 2018, e tendo em conta quer o direito que assiste aos trabalhadores de tomarem conhecimento dos pontos detidos e respetiva discriminação anual e fundamentação, quer porque já foram largamente ultrapassados todos os prazos admissíveis, recomenda à Câmara Municipal do Funchal, que proceda, com a maior celeridade, à notificação aos trabalhadores do Município, dando assim cumprimento ao estipulado na Lei do Orçamento de Estado para 2018.” -----

- **Moção – Transferência de Competências** – Sob a capa da “municipalização” dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o Governo da república preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as Autarquias Locais – definir a natureza, o âmbito e os níveis

de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planejar os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários – são áreas em que as competências se mantêm centralizadas. -----

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira. -----

Aliás, a inexistência de Autarquia de nível intermédio – as regiões administrativas -, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. -----

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública. -----

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do principio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa

126  
P

a universalidade das funções sociais do Estado. -----

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização), para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. ---

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. ----

Face aos projetos de diplomas do Governo da República que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida a 30 de abril de 2018, delibera: -----

1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações. -----

2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e á defesa da autonomia dos municípios e das freguesias. -----

3. Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expetativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos. -----

4. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo da república e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local. -----

5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, sobre a **Proposta de Recomendação da celeridade na notificação aos trabalhadores camarários**, esclareceu que embora se revejam na bondade da mesma e compreendam a pertinência da sua apresentação, na sequência da aprovação do Orçamento de Estado para 2018, a Câmara Municipal do Funchal desencadeou os processos para agir em conformidade com o disposto no mesmo. -----

Assim, no sentido de comunicar aos trabalhadores a notificação dos seus pontos, fê-lo de forma informática, mas por problemas no âmbito dessa aplicação, optou por uma via manual. Não obstante aquela condicionante, a Câmara no sentido de não prejudicar os trabalhadores que já reúnem os requisitos legais para serem reposicionados e auferirem o acréscimo remuneratório, com a concordância da maior parte dos trabalhadores, já o está a fazer desde o mês de fevereiro. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. caldeira Ferreira, do GMC**, sobre a **Proposta de Resolução – Por uma Praia Formosa Requalificada**, começou por dizer que irão votar favoravelmente, porque sendo a Praia Formosa uma das melhores praias da Região, é do interesse de todos, Câmara, Governo Regional e Capitania, que a mesma esteja cada vez melhor e em condições para o usufruto da população em geral. -----

Depois lembrou que o novo PDM qualifica toda a frente mar daquela praia como espaço

127  
A

verde de utilização coletiva, pelo que qualquer nova edificação que seja ali executada terá que depender de um plano urbanístico, de um plano de pormenor e de uma unidade de execução que consagre regras de ocupação, mobilidade urbana, acessibilidades, sistemas de execução equitativa e que envolva também os proprietários dos terrenos daquela zona.

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC,** pronunciando-se sobre a **Moção – Transferência de Competências**, disse que irão votar contra a mesma, porque para além da Assembleia Municipal não poder legislar sobre as questões da descentralização, esta está desintegrada, fora de tempo e de contexto. -----

--- Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o **Voto de saudação aos trabalhadores portugueses e à sua luta**, apresentado pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU, à votação, tendo sido **aprovado por maioria** com vinte e seis votos a favor, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezassete abstenções do PPD/PSD. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, fez a seguinte declaração: “Importa aqui esclarecer que o 1.º de Maio, “O Dia do Trabalhador”, não é um tema, pela sua demasiada importância, nem de esquerda, nem de direita. Para o Grupo Municipal do CDS PP, o tema do trabalho, merece ser tratado com todo o respeito, numa lógica permanente de diálogo – e, com o estabelecimento de pontes, de parcerias -, sem falsos adjetivos que diabolizam ora os patrões, ora os trabalhadores portugueses. Para o CDS PP todos contam! -----

Para nós, Grupo Municipal do CDS PP, assinalar o Dia do Trabalhador não é alinhar na ideia ultrapassada da “luta de classes”. -----

É, estar empenhado e mobilizado. É trazer consistência ao diálogo permanente, entre

patrões e trabalhadores. É trazer esperança, é acreditar que juntos vamos construir uma sociedade que valorize o trabalho, com direitos e sem precariedade, numa lógica de justiça social, com igualdade salarial, sem discriminação de género. Na lei, homens e mulheres são iguais. Na prática, em pleno século XXI, ainda estamos longe de alcançar essa realidade. No CDS PP temos feito algum caminho, mas muito mais há para se construir. -- Para os deputados municipais do CDS PP, o 1.º de Maio é partidário: é de todos aqueles que acreditam numa sociedade mais equilibrada e mais justa!" -----

--- Depois, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação as seguintes propostas, apresentadas pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU: -----

- **Proposta de Resolução – Por uma Praia Formosa requalificada, aprovada por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **Proposta de Recomendação – Celeridade na notificação aos trabalhadores camarários, aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e vinte abstenções do GMC. -----

- **Moção – Transferência de Competências, não aprovada** com vinte e três votos contra, sendo vinte votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto a favor do PCP/PEV-CDU e dezanove abstenções, sendo dezassete do PPD/PSD, uma do PTP e uma da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, para se pronunciar sobre as anteriores intervenções e sobre as propostas, recomendações e moções apresentadas, começando este por referir-se ao que foi apresentado pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU: -----



- Sobre a **Proposta de Recomendação da celeridade na notificação aos trabalhadores camarários** começou por destacar o esforço daquela Autarquia para qualificar os trabalhadores, valorizá-los profissionalmente e dar-lhes também as melhores condições de trabalho, para que possam prestar da melhor forma o serviço público e exercer a sua função. -----

Depois, sobre a questão da celeridade da notificação, disse que não tinha mais nada a acrescentar, uma vez que a mesma foi muito bem esclarecida pelo Senhor Deputado Rodrigo Trancoso. -----

- Porém, lamentou que o PPD/PSD, mesmo tendo o direito de o fazer, se tenha absterido no **Voto de saudação aos trabalhadores portugueses e à sua luta**, porque quando se trata dos trabalhadores que são a força daquele País, que lutam por melhores condições de trabalho, de igualdade e de bem-estar social, deviam todos, independentemente das questões políticas, estar do mesmo lado. -----

Aproveitou ainda a ocasião, para dar uma palavra aos sindicatos e aos sindicalistas que diariamente no terreno, junto dos trabalhadores e das diversas entidades, procuram defendê-los da melhor forma, engrandecendo e qualificando a democracia. -----

- Referindo-se à **Proposta de Resolução – Por uma Praia Formosa requalificada**, disse que aquela Praia a todos preocupa, porque sendo a melhor praia de acesso livre que o Funchal tem, tem sido feito nos últimos anos um investimento na sua requalificação, porque devido às condições climatéricas de que o Funchal tem sido alvo, às vezes é quase como que uma luta entre o homem e o mar, naquilo que é a destruição que depois ocorre. Sobre os terrenos privados que lá existem, no âmbito do Plano Diretor Municipal, procuraram salvaguardar uma faixa para usufruto público, porque só assim faz sentido a complementaridade entre investimento privado e o investimento público. -----

- No que diz respeito à **Proposta de Recomendação para a adoção de medidas que vão**

**ao encontro do bem-estar dos moradores e comerciantes da Zona velha do Funchal**, apresentada pelo Grupo Municipal do PTP, aquela é também uma preocupação da edilidade, por isso, considera que a Zona Velha está muito melhor do que antes, até mesmo para os próprios moradores, com todas as queixas que eventualmente tenham. -----

Salientou ainda que naquele mandato já reuniram mais de dez vezes com os moradores daquela zona, para tentar manter um equilíbrio e conciliar as regras, o que não é fácil numa cidade turística como é a do Funchal. -----

Aquele equilíbrio e conciliação de regras não é só na ocupação do espaço público, mas também em ações da Fiscalização Municipal conjuntamente com a Polícia de Segurança Pública, porque cada um tem o âmbito da sua ação para que a qualidade de vida, não só dos que lá vivem, mas também dos que vão usufruir daquele espaço, seja garantida. -----

Como tal, pelo risco que a Zona Velha da Cidade detém, o Plano Municipal de Emergência contempla uma área específica para aquela questão, não só para o aglomerado urbano antigo, como para a atividade que lá existe e para a grande afluência de pessoas. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para a apresentação do **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, no que concerne às obras públicas começou por destacar três áreas fundamentais de investimento: -----

- Primeira: Zonas Altas, porque há uma preocupação de apostar na qualidade de vida de gente que durante muito tempo esteve esquecida. -----

- Segunda: Revitalização do Centro Histórico, porque para além do valor histórico e patrimonial, interessa salvaguardar a dinâmica comercial para que seja um centro



humanizado, habitado com locais ou com quem vem em lazer. -----

- Terceira: Segurança da população e da cidade. -----

Depois elencou um conjunto de obras, umas a decorrer, outras concluídas e outras previstas, nas três áreas anteriormente referidas: -----

- Obra concluída no Caminho do Galeão – Entrada 22, no valor de cento e setenta e dois mil euros. -----

- Canalização do Ribeiro do Choco, em Santo António, no valor de duzentos mil euros. ----

- No Curral Velho, em Santo António, investimento em saneamento básico, no valor de cento e cinquenta e dois mil euros. -----

- Alargamento da Vereda da Freirinha e da Vereda do Serrado, em São Gonçalo, no valor de duzentos e cinquenta mil euros. -----

- Aprovação na reunião de Câmara, das expropriações que possibilitarão o início das obras de alargamento e de acessibilidades da Vereda do Calhau e a Vereda da Cova. -----

- Investimento na requalificação do Centro Histórico da cidade do Funchal. -----

- Adjudicação das obras, que brevemente terão início, na Praça do Município. -----

- Início de obras no espaço público da Rua Dr. Fernão de Ornelas, que irá também beneficiar intervenções de acordo com o Plano da Ação da Mobilidade Urbana Sustentável, que preconiza zonas pedonais e de usufruto público. -----

- Início de obras no Museu Municipal, no valor de mais de um milhão de euros, que requalificará o Palácio de São Pedro, onde está situado o Museu Municipal. -----

- Adjudicação da recuperação do solário da Praia da Barreirinha, no valor de cento e setenta mil euros. -----

- Início da consolidação de seis taludes que foram alvo de limpeza, aquando dos incêndios de dois mil e dezasseis, no valor de oito milhões e setecentos mil euros, e cujos projetos foram já realizados, tendo sido apresentadas as respetivas candidaturas no âmbito do

POSEUR. -----

Depois, sobre a questão da cidade e do ordenamento do território, referiu-se aos seguintes Planos: -----

- **O Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS)** foi apresentado na reunião de Câmara e encontra-se em consulta pública. Considera aquele Plano visionário [sic] para uma nova cidade e para a qualidade que para ela pretendem, porque as questões da mobilidade, atualmente, constituem o maior desafio para as cidades contemporâneas, como as medidas de acalmia do tráfego, da requalificação da rede viária para o uso pedonal, a competitividade dos transportes públicos, que é fundamental para o conforto e mobilidade das pessoas e a promoção da mobilidade a duas rodas. -----

- Após a aprovação do **Plano Diretor Municipal (PDM)**, teve início uma série de ações para dar a conhecer e apoiar as pessoas nas dúvidas que possam ter, seja no atendimento permanente, em formação, em conferências, em sessões temáticas ou na exposição que decorre no Teatro Municipal Baltazar Dias. -----

- **O Orçamento Participativo** foi criado como uma ferramenta para as pessoas poderem ter uma participação permanente, na vida da sua cidade e não ficarem só com a oportunidade do ato eleitoral. Como bom exemplo disso, o Funchal ficou em segundo lugar, a nível nacional, na 3ª Edição do Prémio de Boas Práticas de Participação. -----

Referindo-se à área social destacou três áreas: Habitação, Educação e o Emprego. -----

- **Área da Habitação** e no compromisso do Amianto Zero: durante o verão ficarão concluídos os fogos habitacionais da Quinta Falcão e até ao final do ano os que estão a ser construídos nos Viveiros. -----

- **Área da Educação:** o Regulamento para a Atribuição dos Manuais Escolares, para o 1º e 2º ciclo, já está aprovado e vão avançar para que no 3º ciclo isso também se concretize, assim o Regulamento para a Atribuição dos Manuais Escolares para o 3º ciclo encontra-se

130  
P

em consulta pública. -----

- **Área do Emprego:** abertura de cento e setenta e nove vagas para o Quadro da Autarquia, sessenta e duas das quais já estão em concurso. -----

Também, após negociações e acordos com todos os Sindicatos, os ACEPS foram assinados. -----

Terminou, destacando que sobre a **Causa Animal** foi realizada uma Campanha de Vacinação e de Identificação Eletrónica a mais de mil animais da cidade do Funchal, com a colaboração das Juntas de Freguesia no registo. -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** fez os seguintes alertas e pedidos de esclarecimento: -----

- Para quando a atribuição de fardamentos e de materiais aos trabalhadores daquela Autarquia, para que possam exercer o seu trabalho da melhor forma e em segurança? ----

- Embora a Lei imponha que os orçamentos solicitados terão de ser os de menor valor, alertou que os materiais muitas vezes são de menor qualidade, o que dificulta o seu manuseamento (o silicone usado nos cemitérios demora a secar e os cortadores de relva têm menor durabilidade). -----

- Com a possibilidade do encerramento da Rua Dr. Fernão de Ornelas, questionou se há algum estudo do impacto do trânsito para a Cidade e se da parte dos comerciantes é pacífico esse mesmo encerramento. -----

- Têm sido efetuados despejos de terra na encosta do Caminho dos Três Paus e embora já tenha sido reportada à GNR, que é a entidade competente, julga que da parte da Autarquia também deveria haver uma forma de intervir. -----

- No Caminho das Quebradas de Baixo, existe um Beco que dá acesso ao Lar Dialectus, que necessita de uma repavimentação e da colocação de um varandim. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** relembro que o Senhor Presidente Paulo Cafôfo no início do mês de abril, a fim de qualificar diretamente o Funchal enquanto destino turístico, pretendia implementar uma taxa turística no concelho no valor de um euro por turista, prevendo arrecadar cerca de cinco milhões de euros, lamentou que o mesmo tenha recuado e perdido essa oportunidade de arrecadar um valor que ajudaria na recuperação de alguns percursos em redor da cidade, por não ter tido pulso em enfrentar os grandes lobbies. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos André Camacho Alves, do PPD/PSD,** fez as seguintes apreciações: -----

- Onde é que estão os cento e cinco novos lugares de estacionamento que o Senhor Presidente da Câmara, a prazo, diz terem sido criados no Bairro da Nazaré, na Freguesia de São Martinho? -----

- Após auscultação feita pelo PPD/PSD aos moradores na Rua da Levada do Cavalo, estes manifestaram ansiar por um passeio naquela Rua, porque ela não lhes incute segurança quando saem das suas residências. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Carlos Martins Tem-Tem, do PPD/PSD,** fez a seguinte intervenção: “Aproveito esta oportunidade para falar sobre o estado dos pavimentos rodoviários mais concretamente das marcas ou pinturas nos pavimentos. -----

Neste momento os mesmos estão num estado lamentável, de total abandono e com falta de conservação. -----

Em 2017 foi anunciado nos meios de comunicação social, aquando da receção do prémio cidade acessível 2017, que passo a citar: *“definimos como prioridade estratégica tornar a cidade mais acessível e mais inclusiva e é com orgulho que os resultados estão à vista.”* -----

Pois é Senhor Presidente! -----

13/1  
P

Há locais que não se consegue distinguir se existe mesmo uma passadeira ou se deixou de o ser. Há estradas neste momento que não se conseguem ver as linhas contínuas e descontínuas, as linhas amarelas para as paragens de autocarros já se confundem com algumas cores de um arco-íris, e as linhas azuis inexistentes em muitos estacionamentos. Senhor Presidente, isto é uma realidade neste momento no concelho do Funchal! -----  
Já que a cidade do Funchal é uma marca e exemplo de referência pelo país fora, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente o que se passa com o Departamento de Mobilidade e Trânsito, há falta de equipamentos para a pintura dos pavimentos, há falta de mão-de-obra ou há falta de matérias-primas? -----

Não podemos esquecer que os funchalenses merecem uma cidade melhor.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, PPD/PSD**, questionou para quando o levantamento do embargo da Ponte Nova, uma vez que o Governo Regional e a Câmara Municipal do Funchal estão próximos de chegar a um acordo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, do PPD/PSD**, com o intuito de resolver alguns problemas de expropriações em relação ao alargamento da Vereda do Calhau, perguntou se podiam ter acesso ao projeto, a exemplo do que conseguiram quando foi o processo da Vereda da Cova. -----

Aproveitou ainda, para sugerir que sempre que fosse feito um projeto relacionado com os caminhos daquela freguesia, lhes fosse também entregue para colaborarem no sentido de agilizar os processos e até reduzir custos, dada a sua proximidade com a população. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- À **Senhora Deputada Herlanda Amado**, sobre a questão dos Três Paus e do Beco que

dá acesso ao Lar Dialectus, disse que no momento não tem qualquer informação, mas logo que possível irá cedê-la. -----

Quanto à falta de fardamento e de material dos trabalhadores, reconheceu que tem havido complicações nos procedimentos concursais para a aquisição do fardamento, mas estão a tentar adquiri-los, o mais breve possível. -----

Em relação à qualidade dos materiais, também está plenamente de acordo, mas como a própria reconheceu, estão obrigados naquilo que são os concursos àquele que é o valor mais baixo e às vezes em termos de gestão acaba por sair mais caro, porque a qualidade não é a mesma. -----

- À **Senhora Deputada Raquel Coelho**, clarificou que a decisão de aplicar a Taxa Turística é uma decisão política que se mantém e que será aplicada. Contudo, houve uma auscultação no setor, porque os Operadores Turísticos tinham contratos já celebrados e o Turismo não pode ser prejudicado, nem o fluxo de turistas influenciado por aquela matéria.

- Ao **Senhor Deputado Rui Tem-Tem** esclareceu que embora reconheça que existem pinturas nos pavimentos que não estão no melhor estado, as mesmas são um trabalho sistemático e diário feito pela Divisão de Mobilidade e Trânsito, mas que tem os seus condicionalismos porque aquelas intervenções têm de ser feitas no período noturno, porém estão a fazer um esforço com os recursos que possuem, para conseguir que essas sinalizações estejam bem colocadas e bem visíveis. -----

- Ao **Senhor Deputado André Alves**, referiu que a requalificação daquele espaço se traduziu simplesmente na mudança como os carros estão estacionados e na criação de mais lugares, proporcionando maior espaço de circulação. -----

- Ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia Pedro Gomes**, disse que facultarão o projeto pretendido, tal como espera ser informado e convidado enquanto Presidente da Câmara, da intervenção que o Governo Regional vai fazer nos Lombos de São Roque,

132  
A

porque até ao momento não foi convidado nem teve qualquer conhecimento. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, que fez os seguintes esclarecimentos: “Em relação à questão colocada pela **Senhora Deputada Herlanda Amado**, sobre a intervenção na Rua Dr. Fernão de Ornelas, esta não se trata nem de um capricho nem de qualquer palpite. É uma intervenção sustentada no conhecimento que nós temos daquilo que é as diretrizes da União Europeia na mobilidade e na eficiência energética, mas também daquilo que se tem feito noutras cidades com a mesma escala e onde se preconiza nos seus planos de mobilidade, uma melhor pedonalidade e também uma cidade com princípios de eficiência energética. -----

Foram desenvolvidos vários estudos na cidade do Funchal, nomeadamente os indicadores que foram recolhidos com experiências passadas, como é o caso da Rua da Carreira. Portanto, estas boas experiências na Europa, mas também já no Funchal, dão-nos indicadores muito positivos em relação ao que é a beneficiação de alguns dos eixos da cidade do Funchal. -----

Também foram desenvolvidos estudos na Rua Dr. Fernão de Ornelas, com uma auscultação ao comércio local e aos seus comerciantes, e a verdade é que há sempre opiniões diferentes, mas essas aparecem de forma muito intuitiva, quase por palpite. -----

Há, de facto, contagens muito reduzidas do número de carros que lá passam por hora, mas a pé passam cerca de três mil pessoas por hora. -----

Além do mais, estamos a ter o cuidado de desenvolver um plano de logística, porque existem sempre cargas e descargas e a possibilidade de passarem veículos de emergência, por isso, nós neste momento já temos o PAMUS bastante alinhavado com os planos de logística e com o regulamento de esplanadas, tendo esta informação, também já sido vertida no PDM. -----

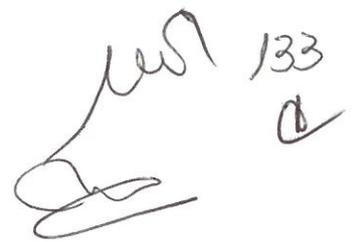
De facto, em função de todos os estudos, de todas as contagens, do conhecimento daquilo que são as diretrizes da União Europeia, definimos no nosso PAMUS um conjunto de eixos viários importantes de que este é apenas um, portanto não é uma ação isolada, é uma ação sustentada e não é difícil perceber que é uma Rua que já é mais dos peões do que propriamente dos automóveis. -----

Em relação à questão colocada pelo **Senhor Deputado Alexandre Silva** sobre a Ponte Nova, gostaria de recordar que ela foi embargada porque na altura em que havia a proposta para a sua demolição, esta estava em vias de ser classificada e a Câmara não pode fazer outra coisa em relação a estes assuntos de preservação e valorização do património. ----- Felizmente, esta atitude permitiu que o próprio Governo Regional revisse a sua posição face a essa demolição. Em relação a isto, gostaria de dizer que de facto a responsabilidade de desbloquear as situações de embargo pertence ao sujeito embargado, neste caso em concreto a preservação da parte estética da Ponte e da sua parte construtiva que também faz parte do seu património cultural. -----

Isso de facto não aconteceu e a Câmara, de uma forma proactiva, procurou desenvolver um projeto que salvaguardasse o património. Também procuramos que isso acontecesse fora dos jornais, abrindo uma linha de diálogo direta com o Senhor Secretário do Equipamento, mas este preferiu levar o assunto para os jornais enquanto nós estamos mais empenhados na solução do que no debate político. -----

De qualquer modo, esse estudo não está fechado porque queremos perceber dentro das várias opções que foram apresentadas, todas elas salvaguardando o património da Ponte, qual é a visão do Governo Regional sobre essas opções. -----

Portanto, ainda precisamos de fechar e definir esse assunto e elaborar uma ação conjunta para podermos levantar o embargo, vamos estar empenhados na solução daqueles caminhos e uma vez chegando ao um consenso do que pretendemos sobre a melhor forma



de preservar aquele património, levantamos o embargo para que as obras de recuperação da Ponte prossigam.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, do PPD/PSD**, em relação ao que o Senhor Presidente da Câmara referiu no final da sua intervenção sobre a Vereda do Calhau, da Vereda da Cova e da obra do Governo Regional, disse que o Presidente da Junta de Freguesia sempre que é convidado está presente. Por isso, lamentou não ter sido convidado quando o Senhor Presidente da Câmara anunciou a obra da Vereda do Calhau e da Vereda da Cova. ----- Acrescentou que não faz política com os problemas da população, mas sim ajuda-as na relação de proximidade que mantém com a mesma, nesse sentido, esclarece que tem muito gosto em ser convidado pelo Senhor Presidente da Câmara sempre que este visite ou anuncie alguma obra na Freguesia de São Roque. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** lembrou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, Pedro Gomes, que quando no mandato anterior fizeram encontros com as pessoas em todas Juntas de Freguesia, em reunião na Junta de Freguesia e na presença do mesmo, anunciou aquela obra. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, do PPD/PSD**, em relação à Recomendação sobre a segurança do Largo da Fonte, apresentada e aprovada em dezembro de dois mil e dezassete naquela Assembleia, gostaria de saber quando é que aquela será concretizada e ali apresentada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Ilídio R. Castro, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, do PPD/PSD**, apresentou as seguintes preocupações que subsistem na Freguesia de Santo António: -----

- Catorze derrames de água, que apesar de já terem sido informados àquela Autarquia

através de ofício e também no Funchal Alerta, ainda não obtiveram qualquer resposta. ---

- Também em março de dois mil e dezassete, através de ofício, foi informada a Câmara que na Urbanização Bela Vista existe um terreno baldio com centenas de pneus. Como resposta da Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, receberam um pedido de parecer. Fizeram-no e depois foram informados que o processo foi arquivado, porque foi feita limpeza e que o que lá existia era vegetação da época, o que não corresponde à verdade, porque no presente os pneus lá estão, como se constatou através de foto exibida. -----

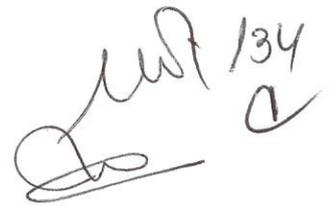
- Por se aproximar a época de verão, alertou aquela Autarquia para o estado em que se encontram uns terrenos, em Santo António, dos quais é proprietária. -----

- Relembrou os ofícios enviados, onde são mencionados doze arruamentos em péssimo estado de conservação, a falta de reposição das passadeiras no Caminho da Barreira após a sua pavimentação, uma junto à Igreja da Graça e outra junto à Escola do Boliqueime. ---

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, questionou se a atribuição de verbas do jogo através do Turismo de Portugal aos Municípios onde estão localizados os Casinos, mas que na Madeira é entregue ao Governo Regional que depois a deve atribuir aos referidos Municípios e não o faz, não será mais uma usurpação de competências municipais por parte do Governo Regional e o que é que poderá ser feito para reverter aquela situação, para que o Município do Funchal receba o que é seu por direito. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC**, sobre a intervenção do Senhor Deputado Francisco Ilídio Castro, defendeu que se a Autarquia ainda não acudiu às referidas solicitações, é porque com certeza ainda não houve disponibilidade, até porque é testemunha de duas situações que reportou no Funchal Alerta, que ocorreram na zona da Chamorra que foram prontamente resolvidas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Ilídio R. Castro, substituto do Presidente**

 134  
a

da Junta de Freguesia de Santo António, do PPD/PSD, refutou que as situações aludidas pela Junta de Freguesia, nem resposta obtiveram aos vários ofícios que enviaram à Câmara. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC, fez a seguinte intervenção: -----

“Pretendo comentar duas afirmações que foram aqui proferidas, uma pelo Senhor Presidente da Câmara e outra no âmbito de uma questão colocada pelo Senhor Deputado André Alves. -----

Começando pelo **Senhor Presidente da Câmara**, no âmbito da apresentação da informação escrita, fez referência à questão do Orçamento Participativo referindo a distinção que o mesmo foi alvo num concurso de âmbito nacional, ficando em segundo lugar, que visou distinguir medidas promovidas pelos diferentes Municípios do País no tocante á construção e edificação da democracia participativa. -----

Por isso, o que há a enfatizar é o premiar a importância que este Orçamento Participativo teve no primar pela diferença e construção de uma democracia participativa digna desse nome, reconhecida não só pelos Funchalenses, mas também pelos restantes cidadãos do País. -----

Ainda no âmbito desta questão, recorde que o Senhor Presidente da Câmara, numa ação pública nas vésperas da votação do mesmo, fez o repto e exortou ao Governo Regional da Madeira, a implementação de este instrumento em termos regionais e para esse desafio, deu o exemplo que a nível do País o Orçamento Participativo já está a ser implementado na sua segunda edição, cuja afetação no Orçamento de Estado prevê um valor de 5 milhões de euros para o efeito. -----

Deu também como exemplo, o facto de na Região Autónoma dos Açores esse ser um instrumento que está a ser implementado, pela primeira vez, no corrente ano de 2018, tendo afeto uma verba do Orçamento Regional para esse efeito na ordem dos 600 mil euros. ----

Gostava também de realçar que no dia seguinte, a este repto do Senhor Presidente da Câmara, na Assembleia Legislativa Regional foi discutida uma proposta de recomendação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que visava recomendar ao Governo Regional a implementação na Região Autónoma da Madeira de um Orçamento Participativo de âmbito regional. -----

Depois de discutida e sujeita à votação, foi rejeitada com os votos contra da maioria parlamentar corporizada do grupo do PPD/PSD, sustentada e alicerçada em dois tipos de argumentos: o primeiro, foi que o Orçamento Participativo na Região Autónoma da Madeira já é implementado há mais de 30 anos, numa prática que o anterior Presidente do Governo Regional desencadeou, implementou e executou quando à saída das missas das igrejas confrontava os cidadãos que frequentavam as ditas missas, com hipóteses de investimento público nas suas zonas de residência. -----

Logo, a cidadania para o PPD/PSD é condicionada às crenças religiosas de uma franja da população, assim, as que não as têm não vão frequentar aqueles espaços e os seus anseios e as suas reivindicações, não serão auscultados para serem tidas em consideração. -----

Portando, temos uma distinção clara entre o universo de cidadãos que são abrangidos pelo tipo de Orçamento Participativo que está a ser implementado a nível Nacional, a nível da Região Autónoma dos Açores e a nível do Município do Funchal. -----

Um outro argumento que foi aduzido pelo PPD/PSD, foi de que o modo de implementação do Orçamento Participativo era um modo que visava estar a recomendar à Câmara Municipal resolver problemas que não eram da sua competência, este é um argumento surreal, porque a Câmara só atuará no âmbito das suas competências da Câmara. -----

Argumentou também, que não se reviam no modo de implementação do Orçamento, mas essa recomendação não impunha modos de implementação nem condições no modo de implementação do Orçamento, isso seria prerrogativa exclusiva do Governo Regional. -----

135  
a

Portanto, quero enfatizar que o que está subjacente a esta rejeição é a falta de vontade política do PPD/PSD de envolver os cidadãos nos destinos da governação da nossa Região. -----

Passando ao **Senhor Deputado André Alves** que quando questionou o Senhor Presidente da Câmara, disse que era um Presidente a prazo, terminologia onde está subjacente a crítica implícita ao facto de ele supostamente, não cumprir o mandato até ao fim, quero referir que o PPD/PSD é o último grupo municipal nesta Assembleia, que tem a legitimidade para fazer essa acusação, porque se defende que a vontade dos cidadãos deve ser respeitada, então o porquê de aquando da constituição da Mesa desta Assembleia Municipal, ter apresentado uma lista opositora à lista que tinha ganho as eleições para este órgão, pergunto se nesse caso também não colidiram com a vontade expressa dos cidadãos funchalenses no sufrágio direto, universal que abrangeu todos os cidadãos funchalenses recenseados no concelho do Funchal. -----

Por isso, se querem criticar outras posturas deixem de ser incoerentes e procedam em conformidade com aquilo que supostamente apregoam.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, começou por sublinhar a importância de terem comemorado o 25 de Abril naquela Casa, ouvindo todas as forças políticas, a exemplo do que já fazem no Dia da Cidade. -----

Porém, registou a ausência, uma vez mais, da maioria dos Deputados Municipais e dos Presidentes de Junta de Freguesia afetos ao PPD/PSD, nessa comemoração de abril. ----

Porque comemorar abril é comemorar valores, respeitar a liberdade de imprensa e a liberdade individual, considera que tentar impedir que alguém possa ser candidato ao Governo Regional, ao Governo da República ou ao Parlamento Europeu é do mais primário que possa existir. -----

Depois sublinhou que a oposição em relação ao Executivo Municipal é muito exigente e

muito crítica, mas muito benevolente e muito meiga com o poder Regional que não cumpre nem consegue satisfazer as promessas que proferiu em campanha eleitoral, nem permite que o Município faça uso de mecanismos que são seus, como por exemplo as verbas do jogo, já referidas pelo Senhor Deputado Duarte Caldeira. -----

Sobre o que o Senhor Deputado Rodrigo Trancoso falou do Orçamento Participativo e a forma depreciativa que alguns Deputados tiveram para com o mesmo, revela que não percebem o que é a seiva da democracia. -----

Terminou dizendo que aquele Executivo, mesmo com algum boicote de alguns eleitos, cumpre aquilo que prometeu. -----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira**, segundo Secretário da Mesa, pediu a sua substituição para se pronunciar sobre aquele Ponto, sendo substituído pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, interpelou a Mesa para dizer que os Deputados que são membros da Mesa, quando querem intervir, devem abandonar a Mesa no início da discussão do assunto. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o entendimento é que deve de retirar-se quando pretende intervir e só pode regressar à Mesa depois de o assunto estar terminado. -----

Depois deu a palavra ao **Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira, da CNM (MPT)**, que, fazendo um reparo à intervenção do Deputado Rodrigo Trancoso sobre o Orçamento Participativo, disse que enquanto o mesmo antigamente era feito à saída das Missas, atualmente é feito à base de excursões e lanches aos utentes de Ginásios e Centros de Dia e dos funcionários daquela Autarquia, que por ali trabalharem vão aos magotes votar no referido Orçamento. -----

Depois fez as seguintes observações e questões: -----

136  
P

- Para quando a colocação de uma lomba, pedida no ano de dois mil e quinze, no Caminho das Courelas, junto ao nº 30? -----
- Porque é que o alargamento parcial da Travessa da Quinta do Pasto, em São Gonçalo, orçamentado no valor de seis mil e quinhentos euros, não está contemplado nas obras previstas e elencadas pelo Senhor Presidente? -----
- Sobre a atribuição de novas habitações, tem dúvidas de que esteja sendo feita de forma transparente, porque tem conhecimento de famílias com casos mais graves e mais antigos do que o das famílias que recentemente foram contempladas. -----
- Em relação ao recrutamento de pessoal, disse que apesar dos procedimentos concursais, há pessoas escolhidas para determinados postos, que até já se intitulam como funcionários daquela Autarquia, estando ainda o concurso a decorrer. Como tal, irá fazer uma lista com dez nomes, que depois entregará a pessoas idóneas num envelope lacrado para ser aberto no dia a seguir à publicação dos candidatos aprovados, e desses dez nomes, pelo menos oito lá estarão. -----

Por isso, ainda naquela semana participará aquela situação no Ministério Público. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, teve a seguinte intervenção: “o Orçamento Participativo de que muito se tem aqui falado, é uma questão muito defendida por parte do Bloco de Esquerda (BE), da qual o PTP já teve oportunidade de se manifestar publicamente, nós consideramos isto uma ferramenta ao serviço do populismo, da pura propaganda e nós dizemos isto com números. Nós vamos analisar o Orçamento Participativo da Câmara Municipal do Funchal e o que significa na prática é 0,05% de um orçamento de 100 milhões de euros, estamos aqui a dizer à população que vamos envolver as pessoas, criar mais democracia participativa, quando as pessoas estão a decidir uma percentagem ínfima daquele que é o orçamento da Câmara. Muito bem, 0,05% é melhor que nada, mas não é aquela democracia participativa que V.

Exas vendem como se fosse o apogeu do regime democrático, portanto V. Exa tem que se deixar de hipocrisias, de populismo e de propaganda barata e se focar naquilo que verdadeiramente interessa, que é no trabalho à população, que foi para isso que foi eleito, para administrar o dinheiro público em prol da população, e também se deveria perguntar que se deveria por ao critério do Orçamento Participativo, se os funchalenses concordam ou não que se gaste rios de dinheiro, milhares de euros na imprensa para fazerem propaganda política do Senhor Presidente Paulo Cafôfo.” -----

--- **O Senhor deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, mencionou que “na realidade só devemos dar importância a fenómenos que realmente têm importância, mas há uma questão que não posso deixar de referir que é o seguinte: existe um deputado municipal que pode ter passado por outros partidos, é livre de ter o seu trajeto político como bem quer e bem entende, mas há uma questão fundamental que sempre me causou alguma confusão, que é alguém usar o nome e a terminologia de uma coligação que já tinha sido extinta, que é a Nova Mudança, a mesma cor e a mesma música, para enganar o eleitorado. Não é por acaso que quem esteve no Apuramento Geral, verificou que muitas pessoas escreveram engano, engano. Ou seja, o senhor deputado foi manhoso para conseguir alguns votos à custa de um eleitorado que se enganou. Aliás, não é por acaso que o Senhor Deputado nunca poderia ter tido a votação que a CDU com o trabalho que tem ao longo dos tempos. Aliás, o senhor deputado veio aqui falar do Congresso Regional do Partido Socialista, quero-lhe dizer que o senhor deputado é um derrotado do Partido Socialista, porque andou a tentar convencer militantes do PS de São Roque a votarem no candidato Carlos Pereira e o senhor deputado perdeu, inclusivamente queria-lhes pagar as quotas e perdeu e imiscui-se na vida interna do PS. Portanto senhor deputado não tem qualquer liberdade nem hombridade para vir aqui falar da vida interna do partido Socialista que eu não falo da vida interna do seu partido, cujo o senhor é o único militante.

Miguel  
137  
P

Queria dizer que também que a Senhora deputada Raquel Coelho que recebe instruções do PSD, do Dr. Joao Paulo Marques, na elaboração do regimento, que faz favores ao PSD, é bipolar em termos políticos, porque na Assembleia Legislativa Regional é capaz de criticar o PSD e aqui anda de mão dada com o PSD para criticar uma Câmara que se libertou de um poder de 40 anos.” -----

--- Sendo treze horas, O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos, para o intervalo do almoço. -----

--- Após este intervalo, os trabalhos retomaram às catorze horas e quarenta e cinco minutos, com os esclarecimentos do **Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**: “Começo pelo Senhor Deputado Ilidio Castro, que representa a Junta de Freguesia de Santo António, porque houve uma insinuação velada de que a Câmara estaria de alguma forma a discriminar Santo António, é claro que eu terei que refutar veementemente essas insinuações, em primeiro lugar, porque não faz parte da prática deste Executivo, apesar de reconhecer que muitas vezes nós, Funchal, sentimo-nos discriminados em relação a outros Concelhos, por isso reconheço e sentimos todos na pele essa discriminação por parte de outros órgãos de poder político Regional, no entanto, nós não fazemos essa discriminação e a fazer prova disso está o conjunto de investimentos que tem sido feitos em Santo António, ainda neste preciso momento, como já foi aqui referido pelo Presidente, estamos a fazer obras de saneamento básico seja no Boliqueime, seja no Curral Velho, obras de acessibilidades também no Boliqueime, obras na Vereda da Freirinha, obras de canalização no Ribeiro Choco. Portanto como pode concluir facilmente, Santo António tem sido das Freguesias para onde este Executivo tem canalizado mais investimento. -----

Em relação aos derrames de água, devo-lhe dizer que no Funchal damos resposta a todos os derrames e obviamente que não existem só em Santo António, agora provavelmente

saberá também que em Santo António como em São Roque existem águas privadas e saberá, também, que as mesmas estão em processo de dissolução. Obviamente que os reflexos na rede dessa empresa privada fazem-se sentir e já falámos com os proprietários no sentido de desligarem essas redes, se não as vão utilizar e se a empresa se vai dissolver para fecharem essas redes, que como sabe muitos desses derrames nem são da CMF. -- Para responder a uma outra questão, muitas vezes não é a política do mais barato, porque o mais barato é uma imposição por via do Código de Contratação Pública, o que nós temos que fazer é saber criar as especificações certas porque não é o Vereador nem o Presidente que o material deve de ter determinadas especificações, são os serviços e esses é que têm que dizer que especificações é que são e aí sim são compradas pelo preço mais barato desde que cumpram com os requisitos técnicos. -----

Em termos de águas estamos a fazer várias intervenções e se os derrames eventualmente duram mais do que seria desejável, é porque os nossos serviços estão a trabalhar em toda a cidade e eventualmente nalgumas pressões de rede que não são do Município. -----

Em termos de pavimentações, o senhor deputado disse que havia estradas a precisar de intervenções e que nós não fazíamos intervenções de pavimentações em Santo António, por outro lado também disse que nas asfaltagens que fizemos em Santo António, que se esqueceram de pintar as passadeiras, embora reconheça que carecem de recolocação. Foi um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no caminho do Pilar, no Poço Barral, no Caminho de Santa Quitéria, na zona do Lombo dos Aguiares, portanto como vê os trabalhos de pavimentação têm sido feitos. -----

Gostaria de salientar que em termos de comunicação o Presidente da Junta de Freguesia, Rui Santos, que infelizmente ainda não teve oportunidade de estar presente em nenhuma Assembleia Municipal deste novo mandato, tem o meu contacto e sempre foi habitual como aliás todos os Presidentes de Junta, sempre que há uma necessidade contactam-me

138  
P

diretamente e colocamos os recursos no terreno logo que sejam possíveis colocar, portanto se utilizassem os meios que têm ao seu dispor, como tem sido prática, a situação já estaria ultrapassada. -----

O Senhor Deputado Roberto Vieira falou que até se pavimentavam as tampas das adufas, quero-lhe dizer que isso é normal, faz-se uma pavimentação integral e depois é feita o acerto de todas as tampas, sejam de águas residuais sejam tampas de outras infraestruturas. -----

Em relação às verbas de jogo dos Casinos, eu considero que há uma apropriação de receitas do Município que não pode ser levada de ânimo leve, nem aceite por qualquer força aqui representada que foi eleita para representar o Concelho do Funchal. Em qualquer zona de jogo do País, são as Câmaras que usam as receitas provenientes do jogo para o chamado plano de obras das zonas de jogo, com exceção da Madeira onde o Casino do Funchal as verbas têm vindo a ser utilizadas exclusivamente pelo Governo Regional. A Câmara, na procura incessante por consensos, propôs que fosse utilizada metade dessas verbas para um plano de obras do Município. O consenso foi: *meus amigos tenham paciência só para o próximo ano é que eventualmente podemos discutir isso porque para este ano o dinheiro já tem utilidade.* -----

Não me parece que seja de interesse turístico municipal que o dinheiro seja gasto num museu, que fica à porta dos cruzeiros impedindo que o fluxo de turistas visite a cidade. Isto é completamente contra aquilo que é feito em todas as cidades europeias, o próprio anterior Presidente da Ordem dos Economistas insurgiu-se contra o facto de estarmos a sobrepopoosar do ponto de vista comercial a zona portuária, o que faz com que os turistas quando saiam dos cruzeiros não circulem na cidade e fiquem exclusivamente naquela zona e manifestou a sua discordância em relação à localização deste museu. -----

Em primeiro lugar são receitas que são municipais, no resto do País são os Presidentes de

Câmara que presidem à Comissão que decide onde é que serão aplicadas essas verbas, aqui na Madeira o Governo na sua conceção muito própria de autonomia, acha que a autonomia não deve ser só uma bandeira que se agita lá para fora, a autonomia deve ser respeitada também para dentro, nomeadamente a autonomia do Poder Local, que é a nossa autonomia e que faz com que vocês no exercício de fiscalização que estão a fazer aqui na Assembleia Municipal e nós Executivo no exercício de cargo executivo na Câmara, sejamos eleitos para estes órgãos autárquicos. -----

Portanto, zelemos também nós pela nossa autonomia e peçamos ao Governo Regional que cumpra com aquilo que é feito no resto do País, se são os Municípios a utilizar as verbas de jogo e o Instituto de Turismo de Portugal a declarar se os projetos são de interesse turístico, aqui na Madeira deveria ser também o Município a utilizar as verbas de jogo e a Secretaria Regional a definir se há ou não interesse turístico. Essa é que é a prática da autonomia e subsidiariedade naquilo que deve existir entre o poder da república e o poder local. Aquelas que são as competências da República, ser delegadas no Governo Regional e não as competências, dos Municípios ser entregues ao Governo Regional. -----

Em relação às restantes questões eu julgo que foram todas já respondidas pelos meus colegas.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às questões relativas à Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Monte, do seguinte modo: “eu gostaria de lhe dizer que a segurança é uma preocupação primeira desta Autarquia e como bem sabe pelo lamentável incidente acontecido no Largo da Fonte, na sequência disso esta Câmara foi proativa e por sua conta requereu serviços de peritagem, cujo relatório deu origem e solicitou novos estudos particularmente do ponto de vista geológico. Esses estudos estão prestes a começar e, portanto, não tenho uma data da sua conclusão, mas tudo estamos a fazer para que no interessa da segurança de todos

139  
A

esses estudos serem de conhecimento público.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Ilidio R. Castro, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, do PPD/PSD**, contrariou o Senhor Vice-presidente, afirmando-lhe que: “quando se refere a uma empresa privada, penso que deverá ser o Blandy, e é verdade que lá existe em Santo António, mas os derrames que lhe disse penso que na maioria são todos camarários, porque as tampas das adufas dizem serviço camarário, como por exemplo Bairro das Casas Próximas, Bairro do Pico das Casas Próximas, Azinhaga de Santo Amaro. Em relação aos pavimentos, é verdade que em vésperas de eleições fizeram a pavimentação das zonas altas, mas quanto a mim, mal, porque existe lá saneamento básico há muitos anos e está todo podre a derramar e deitaram alcatrão em cima.” -----

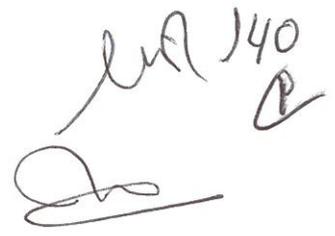
--- **Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, retorquiu, por seu turno: “Em Santo António este ano já tivemos 132 reclamações de derrames e estão concluídos cerca de 87. Algumas intervenções, como referiu, e bem, devem ser precedidas de intervenções nas infraestruturas do subsolo, nomeadamente nas Casas Próximas, requerem a substituição, não só do ramal que neste momento está a derramar, mas de toda a rede daquela zona. Neste momento está a ser feito um processo para contratar a substituição daquele ramal todo das Casas Próximas. -----

Em relação às zonas altas e às redes de saneamento básico, na Barreira nós estamos neste momento a fazer redes de saneamento básico, pavimentámos a Barreira no Caminho do Pimenta, no Caminho do Garnel, para ligar à cota 500, no outro lado, no Caminho do Jamboto, no Caminho do Trapiche também foi pavimentado e também estamos a arranjar essas redes de saneamento básico de forma gravítica e a trazê-las para a zona da rotunda da cota 500, como vê se pavimentámos esses dois Lombos estamos também a intervir e a arranjar novas redes de saneamento básico, são projetos que estão integrados, não são

coisas feitas de forma avulsa, quando investimos na pavimentação, investimos também na rede de saneamento básico precisamente para evitar essa duplicação de investimentos e se calhar deve de instruir aqueles, que lhe estão mais próximos para evitarem pedir que façamos deitemos pavimento em cima de redes que estranhamente o investimento já devia de ter lá chegado há muitos anos atrás, e quando se diz à boca cheia que o investimento foi feito e agora está a ser desinvestido, é o contrário, estamos a investir muito nas redes de saneamento básico e nas redes de águas.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de anunciar o Ponto Dois da ordem de trabalhos, informou que o Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira, 2º Secretário da Mesa, já poderia ocupar o seu lugar na mesma. -----

De seguida com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**, para apresentar o **Ponto Dois - Documentos de Prestação de Contas de 2017, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**. “Eu passo a explicar o Relatório de Contas de 2017, eventualmente só fazendo uma pequena alusão àquele que foi o balanço social do Município, que não é também despiciendo para a análise depois das atividades que vamos aqui abordar, é preciso que se refira que na CMF em 2011 existiam 1742 trabalhadores e neste momento temos 1559, são cerca de 200 trabalhadores a menos do que existiam há 7 anos atrás. Obviamente que não foi por vontade própria, já foram aqui referidas algumas situações de processo de contratação, que felizmente este ano voltamos a abrir concursos para colmatar problemas de um conjunto de atividades, também elas operacionais e o que se vê aqui é reflexo da imposição para redução do número de funcionários, 2% ao ano, que veio com a aprovação do PAEL. O PAEL não foi um prémio por boa gestão, o PAEL foi um resgate financeiro à República e que a República deu ao Município do Funchal e vinha com obrigações e entre essas obrigações estava a reduzir o número de funcionários de 2% ao ano. -----



Em traços gerais, as contas do Município do Funchal de 2017 fecharam o ano com resultado líquido positivo de 3 milhões de euros, tivemos também uma redução do passivo, em linha com o que vinha sendo nos anos anteriores, de cerca de 11 milhões de euros e o investimento global do Plano de Investimentos que ultrapassou, pela primeira vez desde a assinatura do PAEL, os 10 milhões de euros de investimento. -----

A dívida global do Município cifrou-se também no valor mais baixo desde 2001, 53,6 milhões de euros, sendo que a dívida relevante, ou seja, a dívida que entra para o cálculo do endividamento do Município do Funchal está nos 51 milhões euros, porque não entra para este cálculo, o FAM – Fundo de Apoio Municipal que é compulsório e fomos obrigados em 2014 de a subscrever, como a exemplo de todas as Câmaras do País e que são cerca de 3 milhões de euros. -----

As notas relevantes sobre este relatório em termos orçamentais e em termos patrimoniais são as seguintes: em termos orçamentais tivemos um grau de cumprimento da execução da receita de 80%, da despesa de 91% em termos de cabimentos e 86% em termos de compromissos. Obviamente que em termos de pagamentos, normalmente as obras só são pagas quando são entregues as faturas e validados os trabalhos como concluídos, o que acontece, normalmente, é que a execução dos pagamentos fica sempre um pouco abaixo da execução das obras que estão lançadas aqui neste Município, como em qualquer outro. A receita cobrada ascendeu a 80 milhões de euros, mais 5 milhões de euros do que em 2016, e a despesa paga ficou nos 74,6 milhões de euros, mais 2,8 milhões de euros do que no ano anterior. -----

Houve os reflexos do ano passado na cobrança do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), pela primeira vez reduzimos o IMI para a sua taxa mínima de 0,3% e isso teve como reflexos uma redução de 1,4 milhões de euros nas cobranças deste imposto, o que significa que os Funchalenses, os proprietários do Funchal, ficaram com esse dinheiro em carteira. Que foi

compensado pela dinâmica do mercado imobiliário e pelas receitas do IMT que tivemos um ano de 2017 muito bom, com receitas que não se viam durante os anos antes da crise de 2008 a 2010. -----

Devo dizer que este ano o IMT já voltou a valores dos anos anteriores, portanto está novamente mais baixo, está 2 milhões de euros abaixo do que foi a execução do ano passado, no entanto, temos até o final do ano alguns empreendimentos que já foram anunciados e que eventualmente poderão contribuir para o aumento dessa execução. ----

Em termos de Plano de Investimentos, tivemos uma execução financeira de 10,6 milhões de euros, em que as principais áreas de intervenção foram águas e saneamento básico, ambiente, conservação da natureza, habitação social, infraestruturas rodoviárias, representando um aumento de 77% em relação ao ano de 2016. -----

Apresentamos ainda, simultaneamente, uma autonomia financeira de 83%, o que quer dizer que o Município está cada vez mais entregue às suas receitas próprias, estamos a trabalhar e a depender cada vez menos de receitas de terceiros. Isto poderia ser bom, mas quando significa que não temos acesso a, por exemplo, contratos programa do Governo Regional, o Funchal acabar por ter, também, na sua prestação de contas, uma demonstração cabal de que o Governo Regional está de costas voltadas para os Funchalenses. -----

Em termos de Equilíbrio Orçamental tivemos uma poupança corrente de 9 milhões e meio de euros, o que significa que deu para cobrir as despesas e as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo que neste momento estão em 6,5 milhões de euros. A receita alcançada cobre em 2,9 milhões de euros a despesa efetuada e paga, uma taxa de cobertura de 107% e o prazo médio de pagamento a fornecedores, também voltou a reduzir para abaixo dos 90 dias, como manda a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

Em termos de demonstração de resultados, tivemos um resultado líquido de exercício que

141  
P

ascende 3 milhões de euros, uma melhoria nos proveitos em destaque para impostos e taxas, com uma variação positiva de 3,1 milhões de euros, e isto deve-se maioritariamente ao IMT e ao pagamento dos juros e coimas, que o Governo da República o ano fez a todos os Municípios, que estavam retidos nos últimos 12 anos. -----

Finalmente, uma redução de 11 milhões euros nos Passivos Financeiros. -----

O Total do Balanço ascende a 1 milhão e 99 mil euros, continuando a recuperação financeira que temos vindo a demonstrar desde 2013. -----

Dívida global mais baixa. -----

Dívida de médio e longo prazo registou um decréscimo de 6,6 milhões de euros e a dívida de curto prazo uma diminuição de 2,2 comparado a 2016. -----

Em termos do limite de endividamento o Município apresenta agora uma margem de quase 50 milhões de euros, o que nos permite encarar o futuro, nomeadamente, os investimentos através da contração de empréstimos, uma margem razoável e confortável para podermos pedir empréstimos para o investimento. -----

Em relação à CLC - Certificação Legal de Contas, este ano conseguimos eliminar uma das reservas, normalmente eram 4 as reservas tradicionais que os nossos Auditores colocavam, sendo que uma delas revestia-se com o processo de análise de inventariação de bens e a forma como os bens do domínio público são valorizados para efeitos do ativo e das imobilizações corpóreas, também em virtude de não termos tido a totalidade das respostas dos Advogados, nomeadamente, com contingências que possam vir a trazer riscos indemnizatórios ao Município do Funchal para efeitos de aprovisionamento de despesas, neste caso de custos, porque são baseados numa análise patrimonial, e para podermos aprovisionar eventuais indemnizações ou contingências que possam advir de processos judiciais, a maior parte dos Advogados deram-nos resposta, um Advogado não deu, portanto mantém a reserva do ponto nº 2. Do ponto nº 3, as questões de corte de

operações, nomeadamente, as receitas que temos a 31 de dezembro são só validadas no início de janeiro, portanto, é algo que tem sido sempre uma reserva que os auditores têm colocado. -----

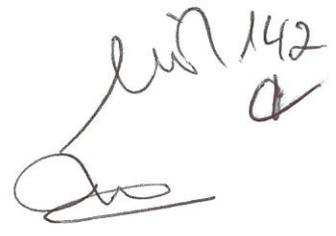
A 4ª reserva, que nos anos anteriores se revestia com os passivos omissos, nomeadamente, os juros de mora não reclamados e uma vez que nos últimos 5 anos temos mantido os nossos pagamentos em dia, deixou de se aplicar a reserva dos juros de mora porque o período, também, de reclamar eventuais juros de mora de faturas anteriores a 2013, deixasse de se aplicar em 2017 porque esse direito prescreve. Portanto, aqui foi levantada esta reserva e passa a ser uma ênfase. “-----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana V. G. Duarte S. Coelho, do PPD/PSD,** interveio, dizendo: “já que é tão apregoado o investimento na reabilitação urbana, eu gostaria de pedir-lhe 5 exemplos concretos deste Executivo no que concerne a obras de reabilitação urbana, sem falarmos do que são iniciativas privadas ou de planos que a Câmara é parceira.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** mencionou que “relativamente a este ponto da prestação de contas, isto é uma análise de 2017, nós estamos em 2018 e esta Assembleia tem o poder de fiscalizar aquilo que foi feito por V. Exas em 2017, daí que fizemos uma intervenção quase analítica daquilo que poderia ser feito e melhorado do ponto de vista da gestão, que nós entendemos, ser uma gestão rigorosa e criteriosa, no entanto, poderia ter sido feito mais em algumas áreas que o CDS-PP entenderia que a Cidade do Funchal poderia ser melhorada. -----

No entanto, como intervenientes políticos, achamos que na CMF houve um melhoramento nos rácios económico e económico financeiros derivado muito dos dispositivos e imposições legais, que eventualmente advieram da gestão do passado que V. Exas



receberam e que de alguma forma tiveram que melhorar a rentabilidade financeira e económica financeira através dos rácios e dos indicadores que demonstram aqui na prestação de contas de 2017. -----

Relativamente ao endividamento concordamos que houve uma diminuição do mesmo, que houve uma redução do passivo, a capacidade do endividamento aumentou na CMF, o grau da liquidez geral aumentou, mas essa razão fundamental que queremos explicitar na análise que fizemos ao documento, que deriva muito das obrigações legais que foram impostas ao Município do Funchal e, portanto, é obvio que há uma melhor gestão financeira deste Município para os Municípes e para o futuro da Autarquia. -----

No entanto, sublinhamos que em 2017 foi o ano record relativamente às taxas, multas e coimas aplicadas, por exemplo, nos impostos diretos há um acréscimo de 11%, nos impostos indiretos há um acréscimo de 6% e nas taxas e multas de 49%. Portanto, a pergunta que eu faço é: qual é a razão deste acréscimo de 49% na rubrica destinada às taxas e multas? - porque achamos que foi um ano do ponto de vista "atípico" nesta área de receitas que a CMF arrecadou. -----

Segundo, também, os indicadores o prazo médio de fornecedores tem vindo a melhorar e é com grande regozijo que o CDS-PP se orgulha de os fornecedores da Câmara terem maior força de capacidade negocial com a Câmara de receber mais atempadamente aquilo das suas prestações de serviço. -----

No entanto, V. Exas recordar-se-ão que existe uma Câmara do CDS-PP, a de Santana, liderada pelo meu companheiro Teófilo Cunha e que a nível de pagamento a prazo médio de fornecedores é à volta de uma semana, bem sei que a dimensão da Câmara é outra, mas gostaríamos que também a gestão da CMF passasse para que nomeadamente ao apoio às pequenas e médias empresas, no apoio aos pequenos fornecedores do concelho que pagassem e seguissem este exemplo do CDS-PP a nível de uma gestão municipal

como é Santana. -----

Relativamente aos resultados de 2017 com as demonstrações de resultados, numa análise mais isolada, há níveis de preocupações a nível do ponto de vista financeiro, porque no custo e perdas há 8,4%, proveitos e ganhos 3,4%. -----

Nos resultados operacionais há uma depreciação de menos 2,7 milhões de euros, se não fosse a compensação por via dos resultados extraordinários de 1,7 milhões de euros, como é que estaríamos? Portanto, a pergunta que eu faço é se eventualmente tomaram em atenção esta depreciação relativamente ano de 2016 para 2017, desses mesmos resultados operacionais? -----

Passando a outra análise mais analítica na área dos fornecimentos e serviços externos, há um acréscimo substancial face ao ano de 2016 nos FSES em que há mais de 50% face à despesa efetuado com fornecimento e serviços externos, face ao ano de 2016, e o CDS-PP pergunta o porquê deste acréscimo? -----

Nós sempre achamos que o Município do Funchal deve de ser gerido como uma empresa e as pessoas perguntam porque é que esses 3 milhões de euros não foram aplicados em mais investimento, como por exemplo, nas creches e nos parques infantis, no já aprovado cartão Eco Funchal, nas estradas municipais, na limpeza dos jardins, redução de impostos. E porque é que se isentam taxas para, por exemplo, gastronomias que vêm de fora e não se isentam taxas para os comerciantes de 365 dias, ao longo do ano? -----

Relativamente a esta matéria o CDS-PP, dá e continuará a dar crédito à Confiança relativamente a este dossiê, porque somos um partido responsável, no entanto, queremos mais habitação social, mais investimento nas zonas altas e mais apoio social nessa área de investimento da Câmara, porque de facto o principal ativo que nós temos são as pessoas. As pessoas, é um principal ativo que um político tem e que deve atuar, daí que os resultados líquidos são importantes, mas atue os resultados líquidos nas pessoas. É



uma observação, porque sentimos que estes resultados não chegam ao povo. -----

Para terminar, o investimento de 1,7 milhões de euros na ação social, é um grande investimento que o Funchal faz na área social, que de facto é aplicado nas pessoas, mas nós gostaríamos de saber, por exemplo, como é que está a taxa de execução, de implementação e de capitação do ponto de vista da orgânica, o SMA - Subsidio Municipal de Arrendamento? -----

Achamos que estas são observações pertinentes de forma construtiva e continuamos a dar crédito à Confiança. " -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** começou por esclarecer a **Senhora Deputada Municipal Vera Joana V. G. Duarte S. Coelho, do PPD/PSD**, do seguinte modo: "devo-lhe dizer que é precisamente nas contas que nós vemos que o investimento privado tem efeitos nas finanças do Município, em termos de receitas municipais, em termos de receitas de IMI, em termos de receitas de urbanismo e em termos de receitas de IMT. -----

São essas receitas que nós nos estamos a privar quando criamos uma área de reabilitação urbana e já demos apoios a mais de 100 prédios no Município do Funchal, que aproveitaram para reabilitar ao abrigo de apoios dados pela Câmara. Aliás, este programa tem tido um sucesso tão retumbante, que até o próprio Governo Regional pretende se apropriar e colar-se ao sucesso do programa, dizendo que o IFRU foi uma ideia sua. -----

Dando-lhe cinco exemplos: prédio da Rua dos Barreiros com a esquina da Rua de Santa Maria, Escola do Poço da Câmara reabilitada para Centro Cívico do Imaculado Coração de Maria, Escola do Curral dos Romeiros reabilitada para albergar o núcleo de Proteção Civil Municipal, Escola dos Ilhéus reabilitada para a Causa Animal e por último a Loja do Município. -----

Mas temos mais: estamos a intervir no Museu Municipal e no Cais do Carvão. -----

Respondendo às questões do **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta**

**Camacho, do CDS-PP**, em termos de dispositivos legais, a Lei dos Compromissos, Regimes Financeiros, Lei das Finanças Locais já existiam antigamente, não era legal deixar de pagar a fornecedores, no entanto esta Câmara fê-lo e o reflexo está nos três resgates: Pagar a Tempo e Horas, PAEL e o PRED, que esta Câmara subscreveu nos últimos 10 anos, acrescidos a estes resgates ainda existem acordos de pagamentos de dívidas a fornecedores que ascendem a 21 milhões de euros, também em si constitui transformar dívida comercial em dívida financeira e não é legal fazer isso. -----

De qualquer das formas nós estamos a cumprir com a Lei, é um facto e devemos estar todos satisfeitos com isso. -----

Em relação à preocupação das taxas, multas e outras coimas estarem a subir em relação ao ano anterior, têm esta execução porque foram pagos 2 milhões de euros que estavam retidos nos cofres do Ministério das Finanças, nos últimos 12 anos. É por isso que temos receitas record nas taxas, multas e outras penalidades, que são receitas do Município. ----

Em relação à questão do prazo médio de pagamentos e do exemplo de Santana, é preciso explicar que o prazo médio de pagamento a fornecedores não é o tempo em que entra uma fatura na Câmara e o tempo que demora essa fatura a ser paga, o prazo médio de pagamento a fornecedores é um rácio calculado pela dívida global. Uma Câmara que tem uma dívida global de 53 milhões de euros, forçosamente não pode ter um prazo menor de pagamentos porque a dívida global está no numerador, portanto quanto maior for a dívida global maior será o prazo médio de pagamento a fornecedores, mas posso lhe garantir que todos os fornecimentos que são feitos a esta Câmara são pagos atempadamente. -----

Em relação aos resultados operacionais e os menos 2,7 milhões de euros, juntamente com os fornecedores e os fornecimentos e serviços externos, porque na prática uma coisa está relacionada com a outra, em 2017 houve uma despesa que tivemos que assumir que em 2016 não tínhamos, nós e todas as outras Câmaras da Madeira, que era a iluminação



pública, que estava na IPM e só em 2017 a EEM, de um ponto de vista de faturação, faturou à CMF e para o Município do Funchal isso tem um peso substancial de 4,9 milhões de euros, portanto é normal que isto tenha um reflexo no aumento do fornecimento de serviços externos e também na diminuição dos resultados operacionais. Porque, por uma questão de cautela, não foram incluídas as taxas que neste momento estamos a faturar à Empresa de Eletricidade e que nos estão a ser devolvidas, porque está numa ação judicial no âmbito da AMRAM, para fazer valer aqueles que são os direitos de transição em que o Município do Funchal, por exemplo, recebia 3,5 milhões de euros de taxas de ocupação de espaço público no setor da eletricidade em 2015 e em 2016 uma alteração ao diploma, aprovado na Assembleia Regional, subtraiu ao Município do Funchal cerca de 1,3 milhões de euros. Em relação ao investimento de 3 milhões de euros em habitação social e no SMA, e de facto este está incluído no fundo de investimento social, está dentro deste 1,7 milhões de euros, o SMA - Subsídio Municipal ao Arrendamento tem sido daqueles que tem tido mais procura, já ultrapassa o meio milhão de euros este ano, mas posso dar-lhe os valores mais discriminados numa próxima oportunidade. -----

Em relação aos fornecimentos externos, como vos disse se estamos com menos 200 trabalhadores do que no passado, é normal e era essa até a política do Governo da República que criou o PAEL para os Municípios, que fossem substituídos os quadros internos do Município para contratações e foi o que foi feito. Aumentar o horário de trabalho para as 40 horas, diminuir o quadro de pessoal a 2% ao ano e obviamente isso tem reflexos para manter a nossa capacidade de resposta em aumentar o número de serviços externos e foi o que foi feito na área da vigilância e da segurança das instalações, na área de intervenções a nível de jardins e de espaços verdes e na área de reparações de redes de águas residuais e de água potável. Portanto, é uma decorrência normal daquilo que tem sido as políticas seguidas até este momento, felizmente o ano passado e este ano já abriu

a possibilidade de podermos contratar e é isso que vamos fazer. “-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** referiu “em relação a este ponto deixar aqui algumas considerações em relação ao relatório apresentado. À primeira vista os resultados apresentados sugerem uma boa gestão a recuperação da capacidade económica financeira do Município, o regresso ao investimento. Em parte, tal corresponde à realidade e não deixamos de reconhecer aspetos positivos, nomeadamente no que concerne ao equilíbrio orçamental, no cumprimento do limite da dívida e até na execução global, quer da receita quer da despesa. -----  
Apesar de o cenário económico global ainda não proporcionar grandes euforias, são de destacar pela positiva os dados apurados nos impostos diretos, nomeadamente no que respeita ao IMT, com crescimento de 63% relativamente ao ano de 2016 e a DERRAMA com mais 12% variação positiva, também em relação a 2016, o que não deixa, no nosso entender, de ser indicadores positivos em relação a alguma recuperação económica. -----  
É de realçar a redução global da dívida, principalmente após 2012, quer a relativa aos empréstimos de curto, médio e longo prazo, quer a fornecedores e outros credores, em contraponto com a dívida de terceiros que tem vindo a registar um aumento desde 2014, sendo a variação de 54% em 2017, mas alguns aspetos, não são assim tão abonatórios. -  
Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, a execução não pode ser considerada tão positiva, pois essa situa-se nos 47%, o que apesar de tudo não é nem pouco nem de longe excelente. A execução global anual é manifestamente irrisória, quase 13%, certamente fruto da menor concretização do investimento prospetivado e anunciado para áreas essenciais. Habitação, após muitas demoras e adiamentos arrancaram algumas obras de renovação em bairros sociais, mas outras intervenções importantes na vertente habitacional continuam sem conhecer qualquer avanço, como é o caso da renovação das 82 casas que contém amianto. -----



Acessibilidades, algumas obras de melhorias de acessos concretizados ou em curso, tudo intervenções necessárias, mas deixando totalmente de fora outras acessibilidades há muito exigidas e urgentes, com maior impacto na mobilidade das populações e na melhoria da qualidade de vida e bem-estar, compromissos assumidos, mas que não tiveram outros desenvolvimentos, porque faltou boa vontade política para tal. -----

Naturalmente que um relatório destes inclui muita informação e dados que poderiam e deveriam ser analisados e comentados e foi o que nós fizemos, mas porque tal não nos é possível, devido à falta de tempo, iremos concluir com algumas informações que condensam o essencial da nossa visão sobre esta Prestação de Contas. -----

Reconhecemos a preocupação quanto o atingir de um equilíbrio orçamental, assim como apreciamos positivamente os dados que confirmam a recuperação financeira do Município. Atualmente a CMF tem capacidade de endividamento, aliás nunca deixou de o ter, apenas tem-no agora em valores superiores, e deve colocar essa capacidade ao dispor do interesse público. -----

Uma Câmara Municipal e sua gestão, não deve ser virada para o lucro e esse lucro, quando se verifica, deve de ser canalizado em investimento público em áreas cruciais e essenciais para o desenvolvimento local, para o bem-estar e qualidade de vida das populações e no Funchal não faltam obras e áreas onde intervir: habitação, requalificação e reabilitação, a possibilidade de desenvolvimento económico, entre outras. -----

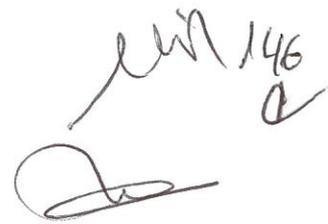
E tal, no nosso entender, não se tem verificado.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, assim falou: “prestei particularmente atenção às intervenções do Senhor Vereador das Finanças, Miguel Gouveia, que na sua intervenção inicial teve o cuidado de fazer um pequeno resumo da atividade da Câmara, onde realçou a limitação da cota de 2% ao ano para a colocação de funcionários, e eu gostaria de saber se nesta quota de 2% ao ano, estavam incluídos

aqueles 10 cargos / tachos ou empregos que foram dados na CMF para pagar favores políticos, em troca dos apoios à candidatura do Senhor Emanuel Câmara à liderança do Partido Socialista. E digo isto, porque acho pertinente falarmos nesta questão, até para a própria sobrevivência da nossa democracia, que uma das grandes delimitações da nossa democracia é porque a economia não funciona, não somos uma Região capaz de gerar riqueza e emprego e as populações que não emigram, ou ficam a trabalhar na hotelaria quase no regime semi-escravatura ou então têm que mendigar um emprego na função pública. E isto é fruto do fraco desenvolvimento económico da nossa terra, quando não existe desenvolvimento económico, a primeira vítima é a democracia. Automaticamente logo que um Presidente de Câmara é eleito, seja de partido que for ou de terra que for é logo assoberbado com vários pedidos de emprego por parte de várias pessoas. Isto é uma dura e triste realidade que compete a todos nós combater, porque as pessoas vendem os seus apoios políticos em troca da sua sobrevivência. -----

E de facto quem é que os pode condenar e ter moral quando está de barriga vazia? E o cidadão só será livre do ponto de vista político, de exercer o seu direito de cidadania, a sua democracia e expressar as suas opiniões se for independente do ponto de vista financeiro. Caso contrário, vamos ter pessoas amarradas a projetos políticos, que se calhar até nem se reveem nos mesmos, porque as pessoas precisam de manter a sua sobrevivência e a subsistência das suas casas e das suas famílias. E este é um trabalho que nós todos temos que fazer para a nossa economia funcionar, florescer para que tenhamos cidadãos, eleitores que exerçam o seu direito de voto, as suas convicções políticas publicamente, sem serem prejudicados no seu trabalho ou com medo de não arranjam um emprego. -----

Portanto, nós vemos que a economia, base financeira da nossa Região é um dos principais fatores de desvirtuamento do nosso sistema democrático e aquilo que acontece na CMF, aconteceu no passado com o PSD, portanto, vemos que numa terra pequena onde as



oportunidades de emprego são muito diminutas, as pessoas tomam as suas posições políticas, não consoante as suas convicções, mas consoante a sua sobrevivência, e é isto que deve merecer o nosso voto de protesto aqui na Assembleia Municipal do Funchal e dizer que nós temos que dar o exemplo. Contratar as pessoas, não pelas suas posições políticas, não porque é do partido A, B ou C, mas porque são pessoas com competência e com mérito, porque é isso que vai fazer a nossa Região e a nossa cidade do Funchal avançar.” -----

--- **O Senhor Vice-presidente**, respondendo à Senhora deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU, afirmou que ela “fez uma leitura correta da questão do relatório. Em termos de IMT e de DERRAMA aumentámos as execuções, em termos de PPI as execuções ficaram aquém daquilo que eu também desejava. E devo dizer que se estivesse só na dependência do Executivo, nós teríamos sempre execuções de 100% e o saldo transitado seria zero, porque é de facto para isso que nós aqui estamos, o objetivo não é bater records de resultados, o objetivo é aplicar, mas sejamos nós, sejam outros quaisquer atores políticos vão ter que se balizar pelas mesmas leis. O código de contratação pública é claro, infelizmente, gostaria eu de já ter todos os bairros sociais no terreno, já lançámos 3 vezes um concurso e por razões várias, umas imputáveis à própria contratação, outras imputáveis exteriores à Câmara. Por exemplo, o Bairro da Quinta Falcão não está, vamos lançá-lo novamente porque como sabe já esteve adjudicado, e o empreiteiro deitou abaixo o concurso porque achava não iria conseguir fazer com o preço que apresentou, obviamente que quando lançamos o concurso temos que ter do ponto de vista financeiro no Plano de Investimentos aquela dotação, temos que cativa aquela dotação e não podemos a usar para outro investimento qualquer, e no entretanto perdemos 9 meses num processo de contratação até o empreiteiro dizer: *não consigo fazer a obra*. - Gostaria eu de ter valores muito superiores em termos de execução do Plano de

Investimentos, porque se nós temos as dotações para o efeito e estão reservadas para o efeito, significa que deveriam ser aplicadas nos sítios onde deveriam. Também há algumas obras do ano passado que atrasaram e não ficaram concluídas até ao final do ano do exercício em execução, e só podemos pagar as faturas e só depois destas pagas é que podem entrar para a execução, o reflexo é esse. Portanto, partilho da sua preocupação, gostaria eu de ter outros instrumentos de um ponto de vista de contratação e gestão financeira para poder agilizar, mas de facto não os tenho. Por isso, espero que a eventual alteração que se ouve falar agora no Regime Financeiro para as Autarquias venha de alguma forma privilegiar aqueles que cumprem, porque se é preciso penalizar quem não cumpre, quem cumpre deve de ter outros instrumentos, e parece-me que é isso que está em carteira. -----

Em relação às questões levantadas pela **Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, eu subscrevo que as pessoas devem exercer os cargos de acordo com o seu mérito, mas obviamente tenho que refutar: nós não temos no mapa de pessoal nenhuma categoria de cunhas. Nos concursos que lançámos, e em boa hora foi levantado o impedimento à contratação pelo Orçamento de Estado de 2017 e 2018, todos os procedimentos concursais para recrutamento de recursos humanos são de forma transparente, publicados no site da Câmara, ninguém do executivo faz parte dos júris desses concursos, pelo que não posso concordar que haja qualquer tipo de favorecimento e quero crer que sejam os mais capazes e os que tenham o mérito de ocupar essas vagas que consigam ficar nos quadros da Câmara. -----

Em relação ao desenvolvimento económico de que falou, foi referido publicamente que a Câmara estava a ter resultados record de receitas e que eram os Funchalenses que estariam a pagar, obviamente que se temos 56 meses consecutivos de crescimento económico é normal que as receitas como o IRS, o IMT, tenham reflexos nas receitas que



o Município tem. Nós não aumentámos as nossas taxas, não aumentámos a carga fiscal, o que não significa que a receita fiscal seja superior àquela que foi o ano passado. Ainda assim, devo dizer que está muito aquém daquela que eventualmente já foi cobrada por este Município, este Município já cobrou aos Funchalenses 94 milhões de euros, este ano a cobrança ficou nos 71 milhões de euros, portanto se há mérito a fazê-lo é a este Executivo que baixou, não só a carga fiscal para valores mínimos, mas também a própria cobrança fiscal já não é aquela que foi, por exemplo, em 2009 que ascendeu a 94 milhões de euros. Eu não posso deixar passar em branco, acusações que habitualmente vêm a esta Casa e que põem em cheque as pessoas e o bom nome das pessoas. -----

O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT) e a Senhora Deputada Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP, teve esta manhã intervenções nesse sentido, e eu quero-vos dizer que o facto de se lançar para o ar, insinuações que são difamação e calúnia é muito grave, porque estão a por em cheque, não só, os membros deste Executivo, como os técnicos e os membros do júri e isso não está certo nem a política serve para isso. -----

Se o Senhor e se a Senhora tem provas que as apresentem, eu serei o primeiro a estar na linha da frente quando souber de alguma questão, a acusar quem efetivamente o faz, porque tenho o meu bom nome e a minha honra e não admito que ninguém, aqui dentro ou fora o ponha em causa. Graças a Deus durante a minha vida nunca tive de pedir nenhum favor a ninguém, porque dá liberdade de poder dizer aquilo que penso, não dependo nem estou agarrado a nada e por isso como exijo que na minha equipa as pessoas sejam rigorosas, transparentes e honestas, não admito essas insinuações. Se tem a fazê-lo, faça nos lugares próprios, agora não andem a levantar suspeitas a gente que é honesta e séria. E não deixa de ser interessante de ver o PSD a aplaudir a Senhora Deputada. -----  
Estamos vistos de que nesta terra a coerência não é uma norma.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana V. G. Duarte S. Coelho, do PPD/PSD,** afirmou: “Consta do *site* oficial desta Câmara que este é, e passo a citar, “(...) um Executivo que tem desenvolvido um trabalho pioneiro na Região ao nível da credibilização da gestão pública (...)”, tendo, para isso, realizado “(...) um investimento estratégico no reforço dos laços de confiança entre a Autarquia e os funchalenses, rumo a uma Câmara pronta, eficaz e transparente”! -----

Seria de louvar, efetivamente, se os funchalenses pudessem admitir que têm uma Câmara cada vez mais transparente, mais rigorosa, mais credível, com um Presidente que não só se gabaria de distribuir afetos, como também e acima de tudo, se destacaria por estar, dia a dia, ao lado das famílias do Funchal. -----

Não bastam as fotografias de sorriso em riste, nem tão pouco as conversas que tentam iludir quem espera mais desta equipa. -----

Queremos, de facto, um Presidente radical que lidere uma Câmara amiga das famílias. --- Radical porque não se refugia em títulos pomposos ou em notícias repetidas vezes sem conta, mas que coaduna a sua narrativa com a sua ação. -----

Estamos fartos, Senhor Presidente! Estamos saturados de anúncios que falam numa transparência desmentida pelo Índice da Transparência e Integridade, que denuncia aquilo que todos sabemos: esta Câmara está muito aquém das melhores práticas nesta área. ---

Estamos entediados, Senhor Presidente! -----

Saiba que uma mentira repetida muitas vezes nunca será uma verdade. Será, mesmo sem querer, a sua sentença final. -----

Uma mentira plasmada em tudo o que é órgão de comunicação social não fará de si ou desta Câmara, mais amigos das famílias. -----

Anúncio após anúncio, aquilo a que assistimos é a uma autêntica traição aos funchalenses.

Nunca foram cobrados tantos impostos como agora! -----

148  
148

Se fizermos uma breve comparação entre 2016 e 2017, é claro o aumento significativo das receitas através dos impostos diretos, dos indiretos e de um conjunto de taxas, multas e outras penalidades que valeram aos cofres camarários, em 2017, mais 5 milhões de euros quando contrapomos com o ano transato. -----

Não preciso alongar-me. Não se trata de demagogia ou de interpretações filosóficas. É a realidade que este executivo tão bem conhece, é a realidade que este executivo incute nos lares da nossa população. -----

Não queira, por isso, fugir da verdade, Senhor Presidente. -----

Este executivo impõe às famílias funchalenses uma pesada carga fiscal, prejudicando-as diariamente! -----

Se aumentou a receita, porque não foram devolvidos valores mais significativos aos municípios? -----

Se aumentou a receita, porque não aumentou o investimento público? -----

E não, por favor, não me venham dizer que a semana passada foi anunciado investimento aqui e ali, porque já sabemos que de anúncios percebem V. Exas, mas que de vazio de ação entendem os nossos municípios enquanto aguardam que vocês passem do papel para o terreno. -----

Se aumentou a receita, porque não vislumbramos nenhuma obra de relevo? -----

Onde pára a reabilitação urbana prometida por esta autarquia? -----

Já sei que nesta matéria, V. Exas adoram dizer que o Funchal já ultrapassou Lisboa e o Porto no que diz respeito a pareceres remetidos no âmbito do IFFRU mas é importante lembrar, mais uma vez, que as autarquias são apenas entidades parceiras o que não faz da Câmara do Funchal criadora, dona ou tutora do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas. -----

Mas há mais. -----

Se aumentou a receita, Senhor Presidente, porque não conseguimos perceber o investimento em estratégias reais, efetivas e palpáveis que revitalizem o comércio local? Até quando continuaremos a ver dezenas de lojas fechadas e abandonadas no centro da cidade, qual espécie de cidade fantasma à espera de renascer das cinzas? -----

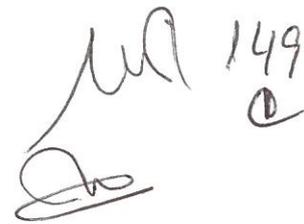
Se aumentou a receita, se a Câmara tem dinheiro em caixa, se a gestão pública é uma das brilhantes capacidades de V. Exas, porque tem este município dívidas a fornecedores que ascendem a 19,1 milhões de euros? -----

Pelo menos em relação a dívidas de curto prazo, que não seguem acordos de pagamento contratados, porque não agiu o executivo? Porque não pagou o que devia, dinamizando a economia e não prejudicando, mais uma vez, os funchalenses, desta feita, através das suas empresas? -----

Não espero que me responda. Espero que reflita. Em cada pergunta, uma resposta por dar, não a mim, mas acima de tudo, aos jovens, às suas famílias, aos empresários desta cidade. Se a missão de uma autarquia é resolver os problemas dos munícipes, revestindo-se de justiça e respeito na sua ação; se o papel de uma autarquia é o de potenciar o bem-estar da sua população; até quando irá esta Câmara comportar-se como uma empresa preocupada com os seus lucros, prejudicando todos os que aqui vivem e trabalham? -----

Não aceitamos que se continue a lucrar à custa dos funchalenses. Se calhar, Senhor Presidente, está na hora de fazer uma viagem à consciência do seu executivo.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, afirmou a seguir: “Pela primeira vez observei um semblante mais carregado, mais opressor, mais quase vingativo, por parte do Senhor Presidente da CMF, obviamente que as intervenções do PTP causam incómodo e naturalmente não estando a fazer oposição, eu quero lembrar-lhe que há muito tempo que o PTP já não faz parte dessa Coligação. V. Exa fez questão de o afastar, portanto tem que encarar a postura crítica com a qual o PTP se está a pautar



nesta Casa e se não concorda e não vê qualquer razão de ser das intervenções do PTP, faz muito bem, defenda a posição da Câmara, que nega e refuta as perguntas que foram feitas. Agora, sob nenhuma circunstância V. Exa ameaça os Deputados aqui eleitos, porque o que podemos aqui observar com a sua intervenção, talvez não fosse essa a sua intenção, mas aquilo que quis transparecer foi: tenham muito cuidado quando falam na Câmara. Tenham muito cuidado quando perguntam, fiscalizam e levantam a suspeição, porque pode chegar algum processo ao Tribunal por difamação. Tal como já fez com outros opositores políticos, mas eu não tenho medo nenhum disso, já enfrentei coisa pior e não recuei um milímetro daquela que é a nossa luta e pode ter a certeza que também não vou mudar uma vírgula ou um milímetro por aquela que é a minha luta pela Cidade do Funchal, pelo bem-estar dos funchalenses sob qualquer ameaça que o Senhor Presidente da Câmara faça aqui nesta casa aos deputados legitimamente eleitos pelo povo do Funchal para defender o Funchal. “ -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, intervindo, referiu. “A primeira reflexão sobre estas contas é que na realidade estas contas são transparentes, não têm qualquer artimanha nem engenharia contabilística para esconder qualquer processo como no passado recente. -----

Aliás em 2017, os funchalenses deram a maioria a este Executivo mostrando que sabem que este Município teve uma linha e conseguiu traçar um rumo, devolvendo 10 milhões de euros aos munícipes do Funchal e isso é um facto indesmentível e quem andar agora com subterfúgios ou com mentiras, sobre esta realidade não está de boa-fé na atividade política.”

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do GMC**, “Falar de contas dos Municípios é falar, simultaneamente, de dois tipos de documentos independentes e estanques. -----

A execução orçamental, um documento elaborado pela ótica de caixa, onde se dão a

conhecer as receitas e os pagamentos, sem olhar á especialização temporal da sua origem, tendo como objetivo fundamental o equilíbrio. -----

Por outro lado, o Balanço e a Demonstração, de Resultados, elaborados de acordo com a ótica da realização e do compromisso e a especialização temporal da sua origem. Tendo como objeto final o equilíbrio entre a receita e a receita e o resultado positivo. -----

Olhando a execução orçamental do Município do Funchal do exercício de 2017 e como já divulgado pelo Vereador Miguel Gouveia, convém vincar: -----

- A receita total orçamentada teve uma execução de 80% o que, atendendo às vicissitudes, é uma excelente execução. Foi orçamentado uma receita de 99 milhões de euros e foi atingido 80 milhões. Saliendo-se a execução de 96% da receita corrente prevista, orçamentado 76 milhões e executado 73 milhões. Aqui temos, tal como no orçamento regional, e por imposição deste, uma receita de 33 milhões de euros originadas em impostos diretos e indiretos (cerca de 33% da receita total). -----

- Na Despesa e ou pagamentos verificou-se uma execução de 75%, cerca de 100 milhões de euros orçamentados e executado 75 milhões. Convém, no entanto, salientar que a Despesa corrente teve uma execução de 82%. -----

- É apresentado assim um *superavit*, em termos de execução orçamental de 5 milhões de euros. -----

- A poupança corrente ascende a 9,5 milhões de euros de acordo com as regras do equilíbrio orçamental (Receita corrente – despesa corrente mais amortizações MLP). -----

- Os Rácios de execução orçamental, apresentados na página 17 do Relatório de Gestão, são amplamente demonstrativos dos excelentes resultados alcançados. -----

- Em termos de análise setorial, no que se refere ao Plano Plurianual de Investimentos, não podemos deixar de destacar o incremento das funções sociais em 2,3 milhões de euros. --

Em termos orçamentais e da sua consolidação entendemos que os objetivos que têm vindo

150  
A

a ser alcançados estão acima das expectativas o que perspetiva uma cada vez maior capacidade investidora em benefício do Funchal e dos Funchalenses. -----

O Balanço e a Demonstração de Resultados são a matéria de maior relevância na análise das contas do Município, no meu entender. -----

No Balanço: -----

- No ativo é de realçar o aumento das dividas de terceiros em cerca de 5 milhões de euros resultantes de dividas da EEM (taxa de ocupação) e ARM (2,8 M€ de Taxa de resíduos cobrada indevidamente e 1,9 M€ pelo aumento infundamentado do preço da água). -----

- No Passivo como relevante a redução de 9 M€ verificada na Divida Total a Terceiros passando de 62,4 M€ em 2016 para 53,5 M€ em 2017. -----

O Passivo verificou uma redução de 11 M€ em comparação com 2016. Comparativamente com 2013 a divida total baixou 40 M€. quase 50% a 2013 já se encontra liquidada. -----

Estas reduções demonstram claramente o excelente trabalho desenvolvido pelo executivo Camarário. -----

Na Demonstração de Resultados: -----

- Convém realçar, além do resultado positivo, um aumento dos Proveitos e Ganhos, a manutenção dos Proveitos em valores muito ou mesmo semelhantes aos de 2016. -----

- A continuidade dos resultados positivos, em mais este ano, demonstra a preocupação do executivo em, sem deixar de fazer obra de relevância, investir, para os Funchalenses, mantendo uma gestão equilibrada. -----

Esperemos que a oposição a este executivo compreenda o excelente trabalho desenvolvido e que aprove as Contas agora apresentadas.

É um desafio.” -----

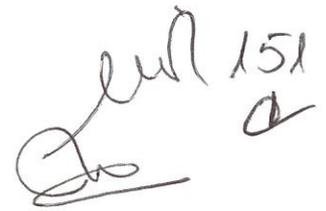
--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, por seu turno, disse: “Gostaria de comentar algumas das questões da Senhora

Deputada Vera Coelho, do PPD/PSD, e uma das que registei foi o porquê do aumento da receita que tem vindo a ser apregoado, não se ter traduzido no aumento do investimento público feito pela Câmara. Por isso, permita-me que a mesma questão seja colocada ao Governo Regional, o qual é sustentado pelo seu partido, isto porque como muito bem sabe, tem vindo a ser apregoado pelo Governo Regional de a uns anos a esta parte a obtenção de *superavit* em termos orçamentais, calculado com base na ótica da contabilidade nacional que é, segundo a vossa perspetiva, considerada quando se analisa a execução orçamental do Governo Regional, nos anos em que o orçamento é executado. O que se tem verificado é que esses superavits a nível regional também não se têm traduzido no aumento do investimento público regional. A comprová-lo temos por exemplo, na prestação de contas de 2016 verificamos que apesar desses superavit, em termos de execução do PIDAR, foi inferior às taxas que tinham acontecido nos anos anteriores. -----

Portanto, a pertinência da questão que aqui colocou também deverá ser colocada ao Governo que é sustentado pelo seu partido. “ -----

--- **O Senhor Vice-presidente**, respondendo à crítica da Senhora deputada Vera Coelho, “sobre a maior receita fiscal que esta Câmara obrigou os funchalenses a pagar, pergunto-lhe eu, se em 2007, quando a Câmara cobrou 94 milhões de euros, não foram os funchalenses que pagaram isto? Se em 2013 quando foram cobrados 112 milhões de euros não foram também aos funchalenses? Eu devolvo-lhe a questão, o investimento que foi feito com estas receitas, o reflexo que teve foi mais endividamento. Portanto, na prática aquilo que está a dizer não bate certo. -----

Se há desenvolvimento económico, se estamos a crescer há 56 meses consecutivos, é normal que os impostos indiretos subam para o Município, como sobem para o Governo Regional. E é verdade que são os funchalenses que os têm que pagar, como são os madeirenses que pagam para o Governo Regional, portanto, na prática de acordo com a

 151  
a

sua linha de argumentação, pergunto quem é que andou a explorar os funchalenses? ----  
Sobre a questão do porquê que temos dividas a fornecedores de curto prazo, quando temos resultados positivos, e porquê que vamos sempre buscar o passado, porque enquanto estivermos de pagar acordos de pagamento de 2000 à EEM, de 2005 à IGA, de 2008 à ARM, o Pagar a Tempo e Horas, o PRED, o PAEL. -----

Posso garantir que não há qualquer acordo de pagamento incluído nestas contas, não existem o efeito harmónica nas amortizações, estas são feitas de acordo com o que manda a Lei, também não há *Swap's*, nem engenharia financeira, as contas refletem exatamente aquilo que são. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, colocou à **votação o Ponto Dois - Documentos de Prestação de Contas de 2017, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, tendo sido **aprovado por maioria** com vinte e três votos a favor, sendo vinte votos do GMC e três do CDS-PP, dezoito votos contra, sendo dezassete votos do PPD/PSD, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e duas abstenções, sendo uma do PCP/PEV-CDU e uma do PTP. -----

--- Por esta ocasião a **Senhora Deputada Municipal Maria Teresa Duarte J. G. Nascimento**, Primeira Secretário da Mesa, pediu a sua substituição para se ausentar da sala, por motivos devidamente justificados, sendo substituída pela Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** clarificou ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu, do GMC, que o nº 2 do Artigo 27º da Lei 75/2013, diz: "A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro, salvo o disposto no artigo 61º". -----

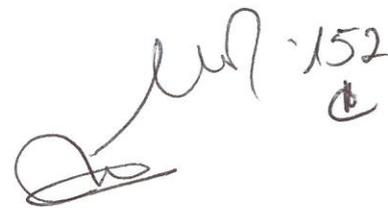
Isto para explicar que aquilo que está no nº 4 do Artigo 47º do Regimento desta Assembleia, diz que para efeitos do nº 2 do artigo 27º que acabei de ler, aplica-se a duplicação dos tempos à Câmara, quando a discussão se refere ao ponto que acabou de ser discutido e à aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, dirigiu-se, assim, ao **Senhor Presidente da Assembleia**. “Senhor Presidente, sem pôr em causa a sua interpretação, realmente o nº 2 do artigo 27º da Lei 75/2013, faz referência à aprovação do orçamento, mas a questão é que quando estamos a discutir uma revisão do orçamento, tem subjacente o mesmo documento, portanto se quando o documento é discutido pressupõe-se um aumento do tempo as revisões sobre o mesmo documento, por analogia também deveria de ter por base os mesmos pressupostos.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que se discutiria isso na próxima oportunidade da reunião de líderes para ficar clarificado. -----

De seguida, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente**, para apresentar o **Ponto Três - 1ª Revisão ao Orçamento – Ano Económico de 2017, ao abrigo da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09**, “Aquilo que nós estamos aqui a propor é incluir o saldo de gerência das contas que acabamos de apreciar no ponto anterior, e também outras duas rubricas de receita, nomeadamente, duas candidaturas que foram aprovadas e só após a aprovação é que pudemos colocar no orçamento, nomeadamente, uma de 998 mil euros do POSUR e outra do Fundo de Turismo de 285 mil euros. -----

A forma como será aplicado este saldo de gerência está vertida nas modificações orçamentais, nos Planos Plurianuais de Investimentos e no Plano de Atividades Municipais. Portanto, são um mapa de despesa, um mapa de plano e investimentos e um mapa do PAM. -----



--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, pediu “um esclarecimento de natureza contabilística porque foi uma dúvida que me assolou quando fiz a análise do documento que sustenta a 1ª revisão ao orçamento, em que nos considerandos fazem referencia ao facto do Município do Funchal ter aqui visto aprovado duas candidaturas ao abrigo do POSEUR e do Fundo de Turismo, no montante de 998 mil euros e de 285 mil euros, respetivamente. Mas depois quando analisamos o mapa da receita, verificamos que esses dois valores não coincidem com os que estão inscritos na receita, portanto o POSUR só tem 722 mil euros e o Fundo de turismo 140 mil euros. Há aqui uma dissonância entre os valores inscritos na receita e os valores que estão referidos nos considerandos de que sustentam a revisão. Por haver esta dúvida gostaria que esclarecesse o porquê desta discrepância e como é que ela se justifica.” -----

--- Respondendo-lhe, **O Senhor Vice-presidente** disse: “De facto é uma questão pertinente, as candidaturas aprovadas são de 998 mil euros e 285 mil euros respetivamente, mas uma vez que as execuções orçamentais das candidaturas não se cingem somente a um ano, há o cariz plurianual, ou seja, parte da candidatura é aprovada para 2018 e o restante para 2019, de acordo com aquilo que foi submetido ao próprio POSEUR, cujo cronograma financeiro abarca dois ou mais exercícios.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, interveio para “fazer uns ligeiros reparos. Contabilizando os valores que estão descritos nos pontos que fazem referência ao apuramento do saldo de gerência das operações orçamentais referentes a essas duas mesmas candidaturas, o saldo é de 6 milhões 892 mil euros e nas inscrições totaliza 6 milhões 470 mil euros, há aqui uma pequena diferença. -- Quanto ao orçamento da despesa, a aplicação de verbas também apresenta equilíbrio com maiores fatias a serem distribuídas pelas mercadorias para venda e aquisição de bens de capital, há novos reforços e dotações que no nosso entender também são importantes,

como a recuperação da ETAR e com as questões relacionadas com a deposição seletiva dos resíduos de embalagem e a recuperação dos complexos balneares. -----

Um outro aspeto tem a ver com nas verbas não definidas, o projeto da construção da ETAR compacta do Curral dos Romeiros ou a aquisição de viaturas com equipamento de diagnóstico para manutenção das redes de água e saneamento, também constituem investimentos de interesse. -----

Outro aspeto é a aquisição de viagens, estadias e aluguer de viaturas fora da região, passa de uma dotação de zero para 3 mil e 400 euros, não representando uma verba avultada, também julgo que carece de explicação por parte do Executivo. -----

Para terminar, esta primeira revisão do orçamento confirma de alguma forma aquilo que já tinha sido identificado, inclusivamente na discussão do ponto anterior, que é a capacidade do endividamento e vamos aguardar e esperar para ver se nas áreas que são fundamentais de intervenção, se essa mesma capacidade de endividamento se irá refletir.”

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Carlos Martins Tem-Tem, do PPD/PSD**, colocou as seguintes questões: “Nas rubricas: -----

- Nas deslocações e estadias, há um reforço de 70 Mil Euros. -----

- Nos estudos, pareceres, projetos e consultadoria, há um reforço de 200 Mil Euros. -----

- Nos seminários, exposições e similares, há um reforço de 300 Mil euros. -----

Se somarmos as 3 rubricas, dá um total aproximado de 600 Mil Euros. Quando foi aprovado no início deste ano o orçamento para 2018, as mesmas já tinham um plano e uma estratégia para serem executadas, sabendo que há sempre alguns ajustes por fazer ao longo do ano.

Mas gostaria de saber quais são estas novas viagens, estudos e Seminários? -----

Já agora esse dinheiro não poderia ter sido canalizado para a área social, que faz sempre falta! -----

Estas mesmas rubricas que acabei de mencionar no ponto anterior expecto a rubrica

 153  
P

Deslocações e Estadias, no orçamento para 2018 apresentado e aprovado em assembleia municipal no início deste ano, não batem certo com o valor apresentado neste mapa das Modificações da Despesa da 1ª Revisão do Orçamento, explico: -----

- Na rubrica de Seminários, exposições e similares tinha uma verba inscrita na ordem dos 853 Mil euros, agora nesta revisão tem uma Dotação anterior inscrita na ordem dos 944 Mil Euros. -----

- Na rubrica de Estudos, exposições e similares tinha uma verba inscrita na ordem dos 606 Mil Euros, agora nesta revisão tem uma Dotação anterior inscrita na ordem dos 691 Mil Euros. -----

Senhor Presidente, em que ficamos, prevalece os valores deste mapa da 1 revisão do Orçamento para 2018 ou os valores do orçamento aprovado em Assembleia no início deste ano para 2018.” -----

--- **O Senhor Vice-presidente**, respondendo, em primeiro lugar, à Senhora Deputada Herlanda Amado, referiu: “eu confesso que não consigo vislumbrar qual é a rubrica que acha estar dissonante, em relação ao seu primeiro reparo. -----

Em relação à questão das viagens, dos estudos e pareceres e de existir agora uma plurianualidade, tem a ver com o novo código de contratação pública, que aconselha a que sejam feitos concursos públicos para despesas que sejam passíveis de pelo menos haver uma previsão de quanto é que se vai gastar. E em termos de viagens, por exemplo, a forma como eram feitas, é que eram compradas a avulso, agora o que estamos a fazer é tentar saber quanto é que a Câmara, como um todo, gasta anualmente e lançar um concurso público com base nos descontos das taxas de serviço que são feitas entre as agências da Madeira. -----

Isto é também uma forma de poderem ser aqui escrutinadas no plano plurianual ou no plano de atividades municipais de poderem perceber quanto é que está a ser inscrito em cada

rubrica, quando no passado entrava nas rubricas gerais. Devo dizer que este ano, por exemplo, só com as viagens dos Bombeiros que estão a ter formação em Lisboa, já esgotamos a dotação que tínhamos no contrato que existia nesta rubrica. -----

Em termos de orçamento, a questão da dotação anterior que aqui existe, é a dotação antes da revisão orçamental e aquilo do ponto de vista de competências, a Câmara tem a competência para alterar uma dotação para a outra, vou dar-lhe um exemplo: se tenho um concurso de 70 mil euros e se a proposta mais baixa foi de 68 mil euros, eu tenho 2 mil euros de cabimento naquela rubrica que como não vou usar, eu pego naquela dotação de 2 mil euros e transfiro para outra rubrica. -----

--- **O Senhor deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, começou assim: "Recordo-me bem aquando da discussão da proposta de orçamento desta Câmara para 2018, em que V. Exa nos dizia que o orçamento aprovado não tinha truques, que era um Orçamento honesto e transparente... nós sabemos bem qual é o currículo desta Câmara no que diz respeito à transparência... -----

E o que é facto é que, nem tivemos de esperar muito para ter essa confirmação, já que V. Exa um dia depois da discussão do Orçamento da Câmara Municipal do Funchal, avançaram com um empréstimo de 19 milhões de euros, ou seja, tinham a opção de colocar os factos à discussão, à consideração dos deputados desta Casa, mas preferiram fazê-lo, de forma premeditada, nas costas desta Assembleia. -----

E eu confesso que pensei, que ficaríamos por aí, eis senão que V. Exas voltam a surpreender a cidade e esta Assembleia com uma revisão orçamental – apenas 3 meses depois de terem aprovado o documento original. Ora, é certo que uma revisão só por si, não é uma nota negativa, não será com certeza... sabemos que os imprevistos acontecem, na receita e na despesa... -----

Mas, o que V. Exas aqui nos trazem, não é nada disso, o que esta Vereação coloca à



consideração desta Assembleia é uma Revisão Orçamental manhosa... E digo manhosa, porque apresenta-se cheia de boas notícias, o aumento de receita proveniente da venda de participações sociais e a aprovação de duas candidaturas... até aí estamos todos de acordo... -----

O problema é aquilo que esta revisão esconde, aquilo que V. Exas tentaram esconder. É que curiosamente a folha de apresentação desta revisão orçamental apenas faz referência ao aumento da receita e nada diz sobre a despesa, mas o aumento da despesa está lá. Mais uma vez o problema desta Câmara Municipal do Funchal é com a transparência... -- E não se trata de um aumento da despesa qualquer: são quase 800 mil euros a mais em deslocações e estadias, em estudos, pareceres e consultadoria, em seminários, exposições e claro, na já famosa rubrica dos Outros... E, portanto, Senhor Presidente da Câmara, voltamos a dizer-lhe, não contem connosco para passar um cheque em branco a esta Vereação." -----

--- **O Senhor deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, fez uma intervenção e comentário à intervenção do Senhor Deputado João Paulo Marques: "Primeiro, em termos contabilísticos há um aumento na receita em termos orçamentais e esse aumento terá que ser repercutido na despesa, portanto, aquilo que o Senhor Deputado quis dizer que não deveria de ter havido aumento da despesa as regras orçamentais não possibilitariam essa não inclusão na despesa desse aumento da receita, portanto nós verificamos que o valor que é acrescido à receita está integralmente repercutido também na despesa por diferentes rubricas e depois o que se verifica é que analisando o peso das despesas correntes com as despesas de capital, verificamos que o maior peso está nas despesas de capital. -----

Verificamos que está aqui patente que a política da Câmara Municipal do Funchal, tendo um acréscimo de receita canaliza a maior parte dessa verba para o investimento,

efetivamente temos um investimento na ordem dos 3,2 milhões de euros enquanto que em despesas correntes temos os 3,1 milhões de euros, portanto, temos uma prioridade nas despesas de investimento que são a marca de atuação desta Câmara, portanto ainda bem que há um aumento da despesa e ainda bem que esse aumento da despesa está priorizado, afetado e canalizado para o investimento em detrimento das despesas correntes de funcionamento da Câmara. -----

--- **O Senhor Vice-presidente**, sobre a intervenção do Senhor Deputado João Paulo Marques, esclareceu: “o empréstimo a que se refere de 19 milhões de euros que nós pedimos é precisamente um refinanciamento do PAEL, subscrito por V. Exas quando cá estavam na Câmara de 29 milhões de euros, é precisamente para conseguirmos encontrar taxas de financiamento melhores do que aquelas que o Governo da República está a pedir à CMF. Portanto não ficamos de braços cruzados à espera que nos caia uma taxa de juro melhor, fomos ao mercado perguntar qual é que era a taxa com que poderíamos refinar a nossa dívida. Não é um aumento de dívida é a substituição de uma pela outra, portanto é preciso que se fale a verdade e especialmente que não se queira contaminar a opinião pública que 1 dia depois estavam a pedir 19 milhões de euros, quando sabem perfeitamente que isso não é verdade. Havemos de aumentar a dívida em 19 milhões de euros, eventualmente, mas utilizando para fazer investimento. Gostaria eu de poder utilizar a nossa capacidade de endividamento e colocá-la ao serviço dos funchalenses. -----

Em segundo lugar, dizer que a *1ª revisão orçamental é estar a fazer algum tipo de gestão nas costas dos funchalenses*, isto para mim é que não deixa de me surpreender e surpreenderia também qualquer um dos dois que eu referi, porque de facto sabem que nesta Câmara como em qualquer outra, para poder utilizar o saldo de gerência tem que ser feita uma revisão orçamental. -----

Eu não falei em participações sociais, falei sim no saldo de gerência e não posso permitir

155  
P

que diga que não estão aqui vertidas as despesas, quando até tem 3 mapas: o plano de atividades municipais, o plano plurianual de investimentos e o orçamento da despesa. -----

Porque se aumentam as despesas? Porque conseguimos as receitas e vamos inscrever as receitas, sem estas receitas não haviam despesas. -----

Sobre a engenharia financeira, esta tem servido para endireitar algumas coisas, não só aqui, mas também em outros sítios, não no sentido depreciativo que V. Exas estão habituados a utilizar, mas na forma como todos os funchalenses vão acabar por beneficiar para podermos regressar ao investimento sustentado, através de financiamento e não financiando investimentos com deficit de pagamentos a fornecedores.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** começou por fazer uma citação: *“É preciso levantar o rabo para ir negociar lá fora, é preciso negociar melhores condições.* Esta citação é do Deputado Miguel de Sousa do PPD/PSD. Foi o que esta Câmara fez ao renegociar o empréstimo que V. Exas fizeram com o PAEL, por isso mesmo Senhor Deputado a acusação que faz a esta Câmara é atroz. Por isso mesmo V. Exa devia olhar para dentro de si e para dentro do seu partido e começar a fazer isso mesmo, levantarem o rabo e começarem a negociar as condições. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à **votação o Ponto Três - 1ª Revisão ao Orçamento – Ano Económico de 2017, ao abrigo da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09,** tendo sido **aprovado por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo vinte votos do GMC e dois votos do CDS-PP, dezoito votos contra, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e uma abstenção do PCP/PEV-CDU. -----

--- Por esta ocasião a Senhora Deputada Maria Teresa Duarte J. G. Nascimento, 1ª Secretária da Mesa, voltou a ocupar o seu devido lugar. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente**

da Câmara para apresentar o **Ponto Quatro - Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de São Roque e Sé, ao abrigo da al. j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**, que assim o fez: “Este é um assunto que já aqui trouxemos, aliás os acordos de execução já foram aqui esgrimidos em termos de argumentos e da sua apresentação, faltavam três acordos de execução que foram retirados na última Assembleia, neste momento trazemos dois, depois de termos estado em negociações com as juntas de freguesia, levamos à reunião de Câmara a freguesia da Sé e de São Roque, porque chegamos a um acordo, houve só uma alteração da narrativa do que ali está consubstanciado nos acordos. Na questão da freguesia do Monte, a Senhora Presidente da Junta no próprio dia da reunião de Câmara, pediu que fossem retirados porque não acordos, nomeadamente numa questão da área do jardim junto ao edifício da junta e também junto ao Colégio do Infante, bem como um Caminho pedonal que vai da Casa dos Romeiros até ao Largo da Fonte, e, portanto, a Senhora Presidente da Junta requereu na sexta-feira passada uma reunião e iremos agendar essa reunião para tratar desse assunto.

**- INSCRIÇÕES:** -----

**--- O Senhor Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, do GMC,** declarou. “Eu vejo estes acordos de execução com muito orgulho por estar aqui no Grupo da Confiança e por ser das Câmaras que mais verbas atribui às Juntas de Freguesia. E atribui-as com algum critério porque mesmo o apoio financeiro dos três Fs, muitas vezes nós temos dúvidas em relação a esse financiamento, se é ou não justo. Nós vemos a questão da área da freguesia, muitas vezes é uma freguesia pequena, mas tem uma área grande, que pode ser floresta porque no caso da Madeira nós sabemos que a floresta está assebarcada de certa maneira, o poder da floresta e da gestão e prevenção dos incêndios pelo Governo Regional, quando deveria de estar pela Câmara

156  
A

e pelas Juntas de Freguesia e isso não está contemplado e a Região Autónoma da Madeira é a única que centraliza muito dos seus poderes. -----

Este acordo de execução é um exemplo claro de descentralização de competências que não são próprias das Juntas, mas que as Juntas recebem com muito gosto e muito agrado. Competências, como por exemplo, a reparação e conservação de equipamentos públicos, a intervenção comunitária, os apoios sociais, a realização de intervenções e reparações em habitações degradadas, o apoio aos alunos das escolas da freguesia, a limpeza de becos e veredas, o apoio nos espaços verdes e tudo isto com muito rigor nos valores que são atribuídos equitativamente e profissionalmente a todas as freguesias, quer sejam da oposição quer sejam da Confiança. Coisa que não se vê em relação ao Governo Regional, por exemplo, sabemos que existem contratos programa com Câmaras que são da sua cor política, mas esses contratos programa não se fazem com Câmaras que são da oposição, também temos os apoios que o Governo regional dá a certas freguesias, por exemplo nas festas da Sé e para a freguesia da Sé há um apoio bem generoso, para a freguesia de São Pedro, que também já pediu apoios várias vezes, nunca têm tempo, o pedido não chegou atempadamente ou então não está contemplado por uma ou outra razão. -----

Também gostava de dar uma palavra aos colegas da oposição, porque acho que houve tempo suficiente para fazer as correções necessárias, mas acho que isto é uma retaliação política apenas, o que vem prejudicar as populações da freguesia. Ou então têm acordos com o Governo e que podem fazer essa complementaridade que nós, infelizmente, não temos. “ -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, do GMC**, disse: “Na última Assembleia Municipal tive a oportunidade de intervir sobre esta situação em que votamos os sete acordos e na altura não compreendi o porquê de os três acordos não terem

vindo à Assembleia, viemos hoje a saber de que afinal tratavam-se de vírgulas e pontos e que se calhar em nada mudaram significativamente o acordo, levando-me um pouco a crer que que como o meu colega da Freguesia de São Pedro aqui disse, muitas destas coisas parecem que são por cálculo político. O que é certo e continuo a afirmar, os acordos de execução visam o aumento de eficácia na aplicação de competências que são do Município e que são transferidas para as Juntas de Freguesia porque se acredita que as mesmas conseguem exercer essas competências de uma forma mais eficiente, porventura, por terem uma estrutura mais leve e uma hierarquia não tão longa, por estarmos mais no terreno permite mais facilmente exercer essas competências. Apraz-me agora verificar que chegamos a um acordo, com os pontos e com as vírgulas, relativamente à Freguesia de São Roque e à Freguesia da Sé e que restam agora a Freguesia do Monte para acordar. Eu aqui sei e recordo-me de ter sido levantada uma questão relativamente ao prazo de celebração dos acordos que foi dito na última Assembleia que iria até o final do mês de abril, não sei agora como é que fica a situação da Freguesia do Monte. -----

De certa forma, aquilo que continuo sem compreender é o porquê de se estar a discutir alguns caminhos pedonais, nós próprios temos competências na área da limpeza e manutenção de caminhos pedonais, e estarmos a atrasar a assinatura deste acordo, só me resta perguntar se não consegue então a Junta de Freguesia do Monte de exercer essas competências de uma forma mais eficaz do que, por exemplo, uma estrutura como é a Câmara, como é o facto de nós todos estarmos a assumir competências, porque acreditamos que podemos exercer essas competências de uma forma mais eficaz. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Herlanda Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** interveio do seguinte modo: “Nós, na última Assembleia Municipal, acompanhámos aquela que foi a apresentação de uma retirada de três dos acordos de execução, sendo certo que na altura reconhecíamos que se houvesse alguma questão a ser esclarecida que fosse

rapidamente, para bem das populações. O Senhor Presidente, na apresentação do ponto, de alguma maneira esclareceu uma das questões que ia colocar, que tinha a ver para quando a reunião, tendo em conta que quem está a ser prejudicado, neste caso, são os fregueses da Freguesia do Monte. Agora, nesta delegação de competências, era importante tentar perceber, independentemente de uma doença que vai atingindo, quer de um lado quer do outro, que é a partidarite, que estas questões deveriam ser rapidamente resolvidas porque depois as pessoas é que acabam por ficar prejudicadas. -----

De alguma maneira o senhor presidente já esclareceu que tem a ver com pequenas questões e eu espero e faço o apelo para que rapidamente sejam resolvidas, para que não se continue a protelar uma situação que rapidamente poderia ser resolvida. -----

Já agora também ficar uma recomendação, se possível, que em relação aos acordos que são aqui depois assinados, se na fiscalização que nos compete fazer poderia ser aqui trazido esse relatório com as competências que foram atribuídas e aquilo que foi efetivamente cumprido pelas juntas de freguesia, mas apraz-me saber que há já uma reunião agendada, mas vamos esperar que esta situação essa rapidamente resolvida para bem das populações. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos: “Senhora Deputada Herlanda Amado, estes acordos de execução este ano pela primeira vez estabelecemos critérios iguais para todos, mas não foi só a questão de estabelecermos aos critérios nas diversas áreas e de competências que são descentralizadas, eu gostaria de referir que as competências são da Câmara e a Câmara decide descentralizar com a anuência das respetivas Juntas. -----

Mas além disso nós temos uma unidade de auditoria interna que vai fazer também e poderemos disponibilizar depois esse trabalho feito pelos nossos serviços, porque terá de haver um *report* semestral, das respetivas juntas na aplicação das verbas e na execução

desses mesmos acordos. -----

Gostaria ainda de esclarecer, no que diz respeito à Junta de Freguesia do Monte, que ainda vamos ter uma reunião, mas não compreendo o facto de não se ter chegado a um acordo nestas matérias. Até porque no passado, não houve qualquer problema nestas áreas e nesta matéria que estamos aqui a referir. -----

Senhora Presidente, custa-me perceber porque é que os jardins à volta da Junta de Freguesia ou os jardins à volta do Colégio do Infante, não ficam à responsabilidade da Junta de Freguesia, está no seu direito, mas não compreendo, espero que depois possa esclarecer na reunião que iremos discutir essa matéria. Porque os percursos pedonais são, em todas as Juntas de Freguesia, entregues à respetiva Junta para a sua limpeza, a varredura a retirada de ervas, os arranjos de degraus, portanto são estes pequenos trabalhos que são efetuados. E em termos de logística da Câmara é muito mais fácil nós contabilizarmos isso com a Junta, do que a Câmara estar na sua organização interna, só por um percurso de meia dúzia de metros, estar a alocar recursos que se têm de deslocar diretamente ali, desfasados da sua área de ação e de serviço para resolver este problema que é da Casa dos Romeiros e do Largo da Fonte. Mas, com certeza a Senhora Presidente terá as suas razões, mas só quero deixar aqui o meu desconhecimento e a minha incompreensão porque é que não se pode chegar a acordo com uma coisa tão simples como esta e face também àquilo que é a preocupação da Câmara e os recursos da Câmara.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, do PPD/PSD**, como o Senhor Presidente da Câmara diz e bem, vamos ter oportunidade de assinar estes acordos. -----

Relativamente ao percurso especificamente, a escadaria vai desde o Largo da Fonte até à Casa do Romeiro, quem faz aquela escadaria é o mesmo pessoal camarário que faz a



manutenção do Parque Leite Monteiro, e esta faz parte deste parque e por isso nós achamos que não devemos assumir a limpeza daquela escadaria, mas naturalmente havemos de ter oportunidade de nos sentarmos e resolver este assunto o mais rápido possível para fecharmos este acordo. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à **votação o Ponto Quatro - Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de São Roque e Sé, ao abrigo da al. j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**, tendo sido **aprovado por unanimidade** com quarenta e dois votos a favor, sendo vinte votos do GMC, dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, para apresentar o **Ponto Cinco - Prorrogação do prazo para envio da faturação de publicidade e ocupação do espaço público, relativa ao ano de 2018**, este assunto que aqui trazemos é a possibilidade para prorrogar o prazo para o envio da faturação de publicidade e ocupação do espaço público relativo ao ano de 2018, e bem assim o prazo para a respetiva liquidação para que possa decorrer entre o dia 1 de junho e 2 de julho. Mais se solicita determinado período de relaxe (15 dias), conforme determina o nº 3 do artigo 19º da Tabela de taxas do Município do Funchal. -----

A emissão destas faturas, prende-se com o facto se ter considerado necessário expurgar a relação de entidades passíveis de faturação, por forma a minimizar quer o envio de faturas de publicidade e ocupação de espaço público que foram objeto de pedido de cancelamento, quer entidades cuja atividade fora já objeto de pedido de averbamento a favor de terceiros, quer ainda pedidos de redução de taxas. Estes casos surgirão sempre e pretendem evitar-

se algumas reclamações que obrigam à emissão de notas de créditos e no caso dos averbamentos a nova faturação.” -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD**, interveio declarando que “As receitas advenientes de publicidade, bem como de ocupação de espaço público são uma importante fonte de receita para o município; não tão grande quanto a adveniente dos impostos, mas de importância relativa, tanto mais que corresponde a uma utilização da coisa pública por parte de privados, a que corresponde, naturalmente, um pagamento à coletividade, aos munícipes, que detêm a legítima expectativa da arrecadação da receita em prol do bem, do desenvolvimento e da colmatação das necessidades do município e das pessoas, dos munícipes. -----

É, pois, uma matéria de relevância e competência municipal sobre a qual se deverá debruçar este executivo, mas que se supõe não terá sido uma das escolhidas para efeitos de aceso debate com o Senhor Primeiro Ministro. Bem como não terá sido uma sobre a qual foi apregoado um estrondoso sucesso em sede de desbloqueamento, uma vez que o que aqui se pretende é a prorrogação de um prazo, uma vez que se mantem um problema que obsta à regular arrecadação de montantes a que têm direito os munícipes do Funchal. Pena é, que não seja, por esse facto, alvo das explicações de quem se dedica a fazer voar vacas (ainda que apenas as de plástico), e que se diz aqui virá à região, pessoalmente explicar o inexplicável, pois este poderia, em sede de consultoria irregular e informal providenciar pelo desbloqueamento de situações, qual messias, e assim solucionar a questão informática ora patente. -----

A prioridade na atuação do executivo devia ser exatamente a colmatação destas questões de efetiva índole e competência municipal e não a dispersão em áreas que, extravasando essa competência, correspondem a uma aspiração assumida no âmbito de um outro poder,

 159  
d

mais lato em termos territoriais e mais apetecível em termos pessoais, conforme aliás já foi publicamente assumido. -----

Feitas estas observações, pertinentes, a quem foi eleito para a efetiva defesa dos interesses dos munícipes e disso é claramente consciente, cabe então desenvolver a questão em debate em sede deste ponto, carecendo de explanação adicional a causa de pedir vertida na informação que subjaz à inserção deste ponto na nossa ordem de trabalhos: -----

Em primeiro lugar, como era anteriormente feita a faturação? -----

Em segundo, havia controlo? E se sim, a quem cabia e quais os procedimentos base seguidos, nomeadamente, se eram ou não constantes de uma orientação de trabalho formalizada; e se sim, qual o seu conteúdo e se na sequência da alteração do procedimento também esta terá sofrido alterações; se sim, em que termos foram contempladas as contingências que ora se verificam; e nessa eventualidade, se se pretende ou não, voltar a alterar a orientação de trabalho para efeitos de obviar a repetição das contingências ora verificadas. -----

Em terceiro será necessário também conhecer e determinar o universo de quantos os devedores efetivos e eventuais, do montante a arrecadar ou não, o grau de incumprimento dos faltosos, bem como o desvio adveniente da situação e em que termos tem impacto orçamental (sendo de eventualmente antever, nova alteração orçamental e novo ponto a ser discutido nesta assembleia pelo facto de não ter sido devidamente acautelada mais uma situação, a meio de tantas outras). -----

Em quarto lugar, se não existir nada do que foi referido no ponto segundo anterior, e em termos muito práticos e de forma informal, saber se foram ou não tomadas todas as medidas para evitar a ocorrência de anomalias no procedimento de arrecadação. Se sim: se foi feito um relatório (existindo, solicita-se a sua remessa para efeitos de apreciação,

ainda que à posteriori). -----  
Caberá ainda relevar, e bem, sendo o comentário mais lógico face ao conteúdo da informação base que, se o programa é novo, não seria lógico que do novo programa constasse uma base de dados atualizada, ao invés de introduzir no novíssimo sistema “bad data”, informação que não é fidedigna, informação não trabalhada, não atualizada; assim se protelando, arrastando no tempo, importando para o futuro um erro do passado e impedindo, assim, a célere arrecadação, formalmente correta, nos prazos procedimentais corretos e estabelecidos, de montantes que consubstanciam receita legítima desta autarquia, conforme é de direito e é uma legítima expectativa dos munícipes do concelho do Funchal.” -----

--- **O Senhor Vice-presidente**, intervindo, referiu que aquilo que estava no regulamento da publicidade até ao ano passado, era que a faturação deveria ser feita até outubro de cada ano. Para ficar em linha com as outras faturações que têm um cariz anual, o regulamento viria a alterar esta data, passando-a para março. -----

O software MEDIDATA, é o mesmo que existia antes. A alteração do prazo de faturação para março não conseguiu cumprir-se no ano passado e por isso se estendeu a faturação e pagamento para mais dois meses para não prejudicar o licenciamento de publicidade.

Não há aqui implícita nenhuma revisão orçamental ou arrecadação de receita porque a receita é efetivamente devida, aquilo que acontece é dar-se mais tempo para as pessoas poderem pagar enquanto os nossos serviços não se articulam por forma até sair tudo até março. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à **votação o Ponto Cinco - Prorrogação do prazo para envio da faturação de publicidade e ocupação do espaço público, relativa ao ano de 2018**, tendo sido **aprovado por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU e dezoito

